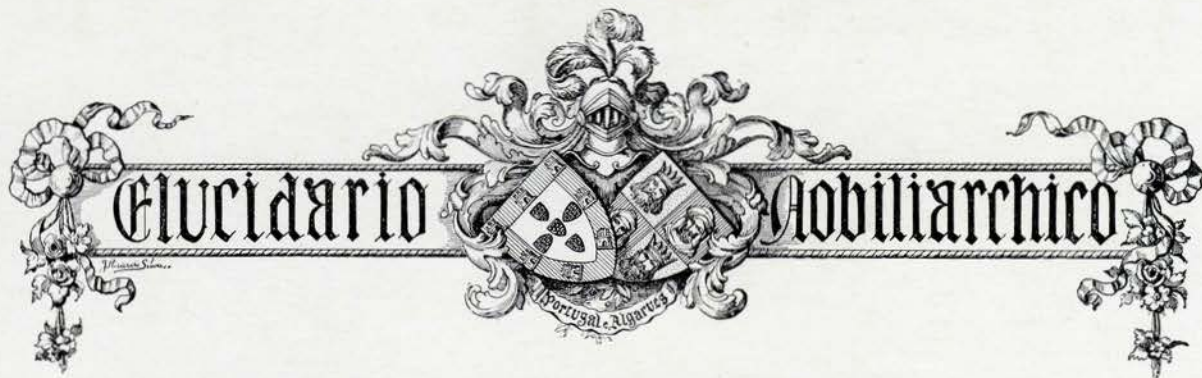




REVISTA DE HISTORIA E DE ARTE

Louçada por Portaria do Ministerio da Instrução Publica de 15 de Fevereiro de 1929
Premiada com Medalhas d'Ouro nas Exposições de Sevilha de 1928, Cintra de 1929 e Antuerpia de 1930

Editor-Director AFFONSO DE DORNELLAS
PALACIO DA ROCHA DO CONDE D'OBIDOS — LISBOA

Composto e impresso no
CENTRO TIP. COLONIAL — L. d'Abegoria, 27 — LISBOA

II VOLUME — NOVEMBRO 1929 — NUMERO XI
(PUBLICADO EM SETEMBRO DE 1930)

HERALDICA DE DOMINIO

BARCELLOS

Parecer aprovado pela Secção de Heraldica e de Genealogia da Associação dos Archeologos Portuguezes em sessão de 28 de Maio de 1924, justificando o projecto das armas de Barcellos aprovado em sessão da mesma Secção efectuada em 30 de Abril do mesmo anno.

Antiga Barcellos quer ordenar o seu sello conforme as regras da heraldica pois que apesar de ter armas proprias ha varios seculos, teem sido por vezes interpretadas com má representação das peças que as compõe.

Vejamos o que motivou este parecer:

— Barcellos, 17 de Julho de 1923. — n.º 89 — Ex.º Sr. Presidente da Associação dos Archeologos Portuguezes. — Edificio Historico do Carmo. — Lisboa. Tomo a liberdade de vir solicitar da douta Corporação a que V. Ex.ª dignamente preside, parecer sobre o brazão d'armas d'esta villa, tal como é hoje adoptado por esta Camara.

Envio junto os elementos que me foi possivel reunir e que podem servir de base ao estudo a fazer. Durante muito tempo foi usado em documentos e no selo branco da Camara um brazão que tinha á direita do escudo as armas nacionaes e á esquerda as da villa, tal como se vê na gravura numero 1. Por vezes usou-se tambem o escudo representado na gravura n.º 2 e que é o brazão que se encontra registado no arquivo nacional da Torre do Tombo. Modernamente, porem,

foi encontrada a pedra d'armas representada na capa da brochura junta e que tem o n.º 3.

Desde logo foi este brazão reconhecido como o autentico da Villa de Barcellos e mais antigo. Em 1920 cuidou a Camara de mandar elaborar o brazão definitivo de Barcellos, baseado n'esta pedra.

Foi encarregado d'esse trabalho o distinto pintor do Porto Sr. Candido da Cunha que consultou sobre a parte heraldica e illustre escritor Sr. Joaquim de Vasconcellos. Não ficou, ainda assim, o novo brazão isento de censuras. A maior que se lhe faz é a da adoção da coroa de conde. Justificaram-na as pessoas que estudaram o assumpto pelo motivo de ter sido um Conde o primeiro donatario de Barcellos e pela conveniencia estetica de pôr um remate no escudo. Eis o principal motivo porque submeto á apreciação de V. Ex.ª o exame do brazão de Barcellos, tal como é hoje adoptado (gravura n.º 4). Permita-me chamar a atenção de V. Ex.ª para a pagina 29 da brochura do Sr. Joaquim Leitão em que está descrita a pedra que serviu de base ao recente trabalho. Agradeço desde já a atenção de V. Ex.ª por este assumpto e fico aguardando os concelhos e illucidação que V. Ex.ª se dignem prestar-me. Saude e Fraternidade. O Presidente da Comissão Executiva (a) *Miguel Fonseca*.

Acompanhava este officio um folheto intitulado «Barcellos — Guia Illustrada por Joaquim Leitão. — Empresa Editora do Guia Illustrado de Portugal. — 1908. Tipografia da Empresa Literaria e Tipografica, Rua de D. Pedro, 184. — Porto.

Em 8 de Novembro seguinte, respondeu a Associação dos Archeologos dizendo que ia ser o assumpto estudado com a possivel brevidade do que em tempo oportuno se daria conhecimento.

Primeiro do que tudo e já que o Illustre Presidente

da Comissão Executiva da Camara Municipal de Barcellos, nos enviou tão preciosos elementos sobre as variantes que oficialmente foram uzadas no sello da mesma Villa, vou apreciar essas variantes.

A gravura n.º 1, apresenta-nos a reproducção d'um sello como geralmente eram uzados os das Misericordias. E' em forma de coração, encimado por uma Corôa Real e cercado de ornatos. O escudo é partido das Armas de Portugal e das Armas de Barcellos que apresentam uma ponte d'um só arco, na qual se sustem uma arvore acompanhada d'uma torre e de qualquer coisa que naturalmente quer representar a Ermida e no chefe tres pequenos escudetes em roquete devendo o superior representar as armas dos Duques de Bragança. Os outros dois são apenas duas das cinco quinas das Armas Nacionais e não dois escudetes das quinas como devia ser.

As Misericordias teem geralmente por armas, um escudo partido das Armas Nacionais e das insignias das Misericordias, ou da junção de dois escudos com as mesmas armas e insignias.

Este escudo ou grupo de escudos era sempre encimado por uma Corôa Real por as Misericordias serem uma Instituição fundada pela Rainha D. Leonor no tempo do Rei D. Manoel I.

Ou a Misericórdia de Barcellos, usou estas armas taes como se veem representadas na gravura n.º 1 e depois foram aproveitadas pela Camara Municipal, ou a Camara Municipal adaptou a forma do escudo da Misericórdia substituindo-lhe o 2.º do partido pelas armas da Villa.

De qualquer d'estas formas, ou fosse porque circumstancia fosse, foi uma errada interpretação da Camara de Barcellos sobre a forma e disposição das Armas que devia adoptar.

Os Municipios são de administração autonoma, absolutamente independente, não podendo, sem agravo



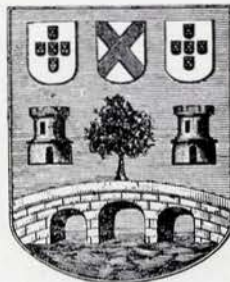
N.º 1

para as suas liberdades populares, adoptar a Corôa Real que era o symbolo do Chefe do poder Central.

O uzar da Corôa Real nas Armas d'um Concelho, é abdicar por completo dos direitos de liberdade e autonomia de que gozam os Municipios, quer dizer era a demonstração d'uma sujeição ao Poder Central, que de facto não tinham.

Egualmente é incorrer nas mesmas circumstancias o partir as armas d'um Municipio, com as Armas Nacionais.

Quando haja de n'um sello Municipal fazer referencia ao escudo Nacional, inclue-se na composição das armas, collocando-o em chefe, como logar d'honra e para indicar qualquer facto historico do Concelho pois



N.º 2

que o sello do Concelho caracteriza o seu dominio e compõe-se de elementos apenas da sua historia local.

Não devem portanto, ser uzadas como armas de Barcellos, as representadas na gravura n.º 1.

As armas representadas sob n.º 2, são copia das que se encontram desenhadas em qualquer das collecções existentes no Archivo da Torre do Tombo e que talvez fossem copiadas por I. de Vilhena Barbosa para a sua obra «As Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa que teem Brazão d'Armas». Lisboa, 1865, que o «Portugal, Dictionario Historico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, etc. Lisboa, 1906 tambem copiou e que outros muitos teem copiado.

Terá porém de se notar que na Torre do Tombo não ha qualquer registro oficial de Armas de Dominio, o que lá ha são collecções de copias de Armas de Cidades e Villas, feitas por pessoas que as colleccionaram e não como elementos de consideração.

Estas Armas representadas sob n.º 2, que tambem deixaram de ser uzadas pelo Municipio de Barcellos, além de estarem mal ordenadas heraldicamente, alteram a ideia de quem primitivamente as construiu porque repete o que está na figura 1 com referencia a arvore que nos apparece sahinte da ponte e acompanha a mesma arvore com duas torres.

A ponte aqui já tem tres arcos quando na figura 1 apenas tem um, e é substituida a Ermida por uma torre.

Emfim, apparenta de aperfeiçoamento, mas prejudica a ideia inicial. (¹)

A figura n.º 3 é que satisfaz por completo os desejos de qualquer heraldista. E' uma peça de archeologia artistica muito interessante e digna de figurar em qualquer Museu.

(¹) Estas armas foram concerteza baseadas no brazão a Família Malheiro.

E' toda a historia da Villa de Barcellos reedificada por D. Affonso, filho legitimado de D. João I, que recebeu Barcellos das mãos de seu sogro o grande D. Nuno Alvares Pereira, como dote do seu casamento, em 8 de Novembro de 1401 com D. Beatriz filha do celebre condestavel.

D. Affonso, que foi Conde de Barcellos e Duque de Bragança e progenitor da Historica Casa de Bragança, construiu-lhe torres e muralhas, edificou uma casa forte para sua residencia, ligou Barcellos com Barcellinhos por uma ponte de cinco arcos, emfim deu grande desenvolvimento á Villa.

O brazão representado na figura 3, incluye esses importantes melhoramentos, sendo até respeitada em parte a situação d'essas edificações.

Primeiro uma Torre, depois a ponte e a seguir a Ermida com a sua architectura muito bem definida. Entre a ponte e a Ermida ha uma arvore.

N'um plano superior, um edificio murado sahinte d'um terado bem distincto.

São estas as principais construcções feitas pelo Conde de Barcellos D. Affonso, progenitor da Casa de Bragança.

A arvore aqui tambem tem a sua significação como julgo ter interpretado.

Proximo do Palacio do Conde D. Affonso, em Barcellos, a poucos passos de distancia, existe ainda hoje um sumptuoso edificio com varias armas de familia e varias inscrições, que é o solar da familia Pinheiro que teve grande importancia no seculo XV, pois foram Alcaldes Móres da mesma Villa e desempenharam altos cargos na Casa dos Condes de Barcellos e Duques de Bragança.

Esta casa, como lá se vê n'uma das inscrições, foi construida pelo Dr. Pedro Esteves em 1448. E' interessante notar que este Dr. Pedro Esteves não collocou quaesquer armas de familia na casa que edificou, ou então se collocou foram substituidas, pois que as mais antigas armas que alli apparecem, são mandadas pôr pelo filho, Alvaro Pires Pinheiro Lobo.

O Dr. Pedro Esteves creou um brazão especial para si, mandou collocar na casa que edificou uma lapide tendo ao centro um escudo com quatro chaves com os

palhetões para baixo em pala, tendo dois palhetões para a direita e os outros dois para a esquerda. As chaves do centro estão adossadas.

Estas quatro chaves estão ligadas entre si por um fio que passa pelas suas argolas.

Na Armaria Portuguesa ha chaves nas armas das familias :

Argollo que tem duas chaves adossadas.

Chaves (de Alvaro Lopes).

Chaves (outros da mesma origem).

Chaves (de Espanha), os quaes todos tem cinco chaves postas em sautor com seus palhetões montantes.

Cogominhos com cinco chaves mouriscas na mesma posição.

Garcez com duas chaves passadas em aspa e atadas.

Nevia com cinco chaves em sautor com seus palhetões montantes.

As chaves na armaria, indicam poder, serviços prestados na guarda e defeza de fronteiras ou castellos e exercicio de altos cargos financeiros. Ora o Dr. Pedro Esteves na Casa dos Condes de Barcellos e Duques de Bragança, foi Ouvidor das quatro Ouvidorias da mesma Casa, Condel-Mór da Comarca de Guimarães e Vedor das obras do Paço e Fortalezas de entre Douro e Minho.

Pessoa da maior confiança da Casa de Barcellos, não adoptaria as chaves por tal motivo ? E' muito natural.

Casou o Dr. Pedro Esteves com D. Izabel Pinheiro filha de Martim Lopes Lobo, e de sua mulher D. Mayor Esteves Pinheiro da familia Pinheiro, Senhores de casa e torre de Outiz no termo de Barcellos.

Apezar do Dr. Antonio Miguel da Costa Almeida Ferraz, de Barcellos, ter procurado pôr a claro a origem dos Pinheiros de Barcellos, n'um desenvolvido artigo publicado no Dicionario Portugal, ha ainda muito a estudar sobre esta origem pois apparece-nos um alcaide-mór de Barcellos no tempo de D. Affonso, Conde de Barcellos, alcaide que se chamava Tristão Gomes Pinheiro e que dirigiu as obras que o mesmo Conde fez em Barcellos, ou seja a ponte, as fortalezas, etc.

O filho do Dr. Pedro Esteves foi Alvaro Pires Pi-



N.º 3 — Reprodução da pedra encontrada no entulho. Não seria esta pedra a que estava na torre da Guarda da Ponte ?

nheiro Lobo que tambem foi alcaide-mór de Barcellos. Emfim, o meu argumento é que a arvore que figura no Brazão de Barcellos, pode muito bem ser que represente um pinheiro como aluzão ao alcaide-mór de Barcellos ou ao mestre das obras que se vêem representadas nas mesmas armas, podendo representar o facto de D. Affonso ser o progenitor da Casa de Bragança, ou se se poder verificar bem que especie de arvore é, e se fôr uma Pereira o que talvez se possa ver se tiver algum fructo, representará como peça fallante, pois D. Beatriz Pereira sua mulher, como se vê no tumulo d'esta senhora em Villa do Conde no Convento de Santa Clara, lá existem repetidas, arvores carregadas de Peras entre escudos d'armas partidas de Bragança e de Pereira.

Ainda pode muito bem ser que o Conde D. Affonso além das edificações que fez e que o auctor das armas teve o cuidado de indicar nas mesmas, tambem tivesse feito alguma plantação importante por isso esteja alli indicada a arvore.

Houve concerteza um motivo forte para que a arvore



alli figure, notando-se ainda que essa arvore nem está arrancada nem sahinte de qualquer terrado, sae bem salientemente d'uma arca absolutamente separada da ponte e da Ermida, parecendo que houve o desejo de indicar bem que a referencia é uma unica arvore.

As armas representadas na gravura n.º 4, apezar de no illucidativo officio do Illustre Presidente da Comissão Executiva da Camara Municipal de Barcellos, se dizer, que foram estudadas pelo pintor Portuense, sr. Candido da Cunha e pelo erudito escriptor sr. Joaquim de Vasconcellos, são as que estão mais mal ordenadas e até mutiladas.

A ponte tem cinco arcos, mas nas armas representadas sobre o n.º 4, os dois arcos dos extremos da ponte estão cortados.

A torre está cortada ao meio e a ermida tambem.

Quer dizer, são peças moventes como se diz em heraldica, por deixarem invisivel uma parte do seu todo que é o que succedeu nas armas de Barcellos, estragadas pelo pintor sr. Candido da Cunha e pelo Illustre escriptor sr. Joaquim de Vasconcellos.

A collocação então da Corôa sobre as armas, vem completar o desastre.

As corôas inventaram-se para se porem na cabeça da pessoa que tinha o direito a usar esse distintivo.

Os distintivos da Nobreza são as armas de familia e as corôas.

As armas das Cidades ou das Villas, não são distintivos da Nobreza, são a bandeira e o sello que caracterizam as povoações.

Os Romanos, aos seus heroes que primeiro entravam as fortalezas que assaltavam, davam-lhe uma corôa em forma de fortaleza, com torres e panos de muralha ameadas.

O grande Napoleão, no seu Codigo Heraldico, dava a mesma corôa para remate das armas das cidades que eram cercadas de muralhas e de torres.

E' esta a razão porque de facto algumas cidades sem serem Francezas, usam esta corôa, desde que, já se vê, sejam muradas.

Agora uma corôa de Conde nas Armas da Villa de Barcellos, é que demonstra o desconhecimento do que significam as corôas e do motivo das armas de dominio.

Quem ordenou as armas representadas na figura 3, sabia muito melhor ordenar brazões como demonstra pela forma que ordenou o de Barcellos. Colocou-lhe em chefe as armas da Casa de Bragança que não encimou pela corôa de Conde ou de Duque porque o não quiz fazer.

Era ali, no chefe das armas que no escudo dos Braganças se poderia pôr a corôa que os srs. Candido da Cunha e Joaquim de Vasconcellos puzeram encimando as armas.

Na carta do Sr. Presidente da Comissão Executiva da Camara Municipal de Barcellos diz-se que aquelles srs. alegaram que propunham a collocação da Corôa de Conde, por o primeiro donatario de Barcellos ter sido um Conde e pela conveniencia estetica de pôr um remate no escudo.

Em face d'estes dois motivos, suspende-se a sciencia heraldica e faz-se qualquer coisa.

Quando seja necessario arrematar quaisquer armas, para obedecer a uma certa e determinada estetica, ornamentam-se as armas mas com qualquer coisa que não brigue com a heraldica, mas, umas armas, nunca necessitam que se lhe coloque qualquer coisa para remate, um escudo é apenas um escudo e não um escudo e mais um remate.

Já portanto nos referimos aos inconvenientes do uso das armas representadas sob o n.º 1, sob o n.º 2 e sob o n.º 4, assim como tambem nos referimos ao direito e obrigação que ha em adoptar unicamente as representadas sob n.º 3 por serem tão antigas, dando-lhe a forma de um escudo, pois que a pedra encontrada em escavações em frente da Camara, representava concerteza a bandeira da Villa e os ornatos que tem em volta nada significam senão a tal necessidade de obedecer á estetica, que n'aquelles tempos se limitou para estas armas, a uns

ornatos com certa tendencia para o que nós agora chamamos «Arte Nova».

A paginas 29 do referido «Guia Illustrado de Barcellos» pelo illustre academico sr. Joaquim Leitão, diz-se :

— «O Brazão de Barcellos tem padecido verdadeiras detracções, cuja historia é simples e hoje apurada : encomendando os Senhores da Camara um sinête em que desejavam figurasse as armas de Portugal e o brazão de Barcellos, o gravador, como não dispuzesse de espaço bastante para os dois signos, não esteve com meias medidas ; traçou um escudo, partiu-o ao meio, como uma dona de casa de hospedes repartindo um salão em dois quartos de tabique, e d'um lado inscreveu as armas do Reino, do outro as de Barcellos, e estas, mesmo assim, assaz modificadas. Do sinête passou o hybridismo para a fundição de candieiros de iluminação publica aonde o foram buscar para modelo do brazão de pedra d'uma das torres (a do poente) dos Paços do Concelho, e para a decoração do tecto do salão nobre do edificio.

«Estancou o disparate o bom entendimento do Dr. Augusto Monteiro, quando presidente da Camara, a quem a competencia do Dr. Ferraz expoz a deturpação de que andava sendo vitima, o inocente brazão de Barcellos, e tanto bastou para que o Dr. Augusto Monteiro mandasse lavar o brazão que ia erigir-se em outra torre, conforme as indicações do Dr. Ferraz que forneceu a copia do que a Torre do Tombo (Cidades e Villas com Brazão, por Ignacio Vilhena Barbosa) autenticou mas que ainda não era o autentico.

«Foi mezes depois que o acaso — um dos melhores servidor do historiador e do archeologo — fez encontrar a autentica pedra d'armas de Barcellos, desenterrando de uma entulheira, removida no terreno da Camara, uma primitiva pedra em que, bem conservada, se lê toda a letra do brazão barcelense e que vem a ser : Um escudo em trez ordens : no fundo d'ele um rio — O Cavado — com uma ponte de cinco olhos e ameada nas guardas — tal qual era a ponte primitiva que ligava Barcellos a Barcellinhos —, no principio da ponte uma torre e no fim d'ela uma ermida e um carvalho — a ermida da S.^a da Ponte e o Carvalho, seculares porticos de Barcellinhos ; no meio do escudo trez torres, postas em fileira, mais pequenas que a primeira — simbolo das 4 torres que estavam na muralha barcelense no seculo XVI no alto do escudo trez escudetes dispostos em fileira o do meio com uma cruz, em aspa, armas dos Pereiras, os dons dos lados com as quinas do Reino. Este brazão, que até pelo numero dos olhos (arcos) da ponte mostra indiscutivel e comprovadamente ser o autentico, é o que deixamos archivado n'uma das nossas foto-gravuras, florindo com sua graça a nossa capa e glorificando o grande valor e a grande intenção archeologica do nosso provecto amigo e illustre confrade Dr. Antonio Ferraz, um dos barcelenses illustres da actualidade, bem como a probidade attenta e o bom sentimento de acertar do character e do talento do Dr. Augusto Monteiro».

Permitta-me o Ex.^{mo} Sr. Joaquim Leitão, meu illustre collega na Academia das Sciencias de Lisboa, que lhe diga que ha aqui uma grande confusão n'estas referencias e descripção das Armas de Barcellos.

Começa V. Ex.^a por dizer que — O Brazão de Barcellos tem padecido verdadeiras detracções. — Parece-me porém que «detracção, não é bem dito, porque detrahir quer dizer, depreciar, difamar, deshonrar, diminuir o credito, quando o que se tem dado com as Armas de Barcellos é o contrario.

As pessoas que olharam para a pedra velha das Armas de Barcellos, o que quizeram fazer foi tornar-lhe as diferentes peças mais harmonicas com a architectura com que mais sympathisavam, fazer as armas mais bonitas.

Assim, na figura 1, puzeram-lhe só um arco na ponte mas em compensação plantaram-lhe uma arvore ao meio da ponte. Da torre e da Ermida quizeram fazer uma coisa tão bonita que nem se sabe o que é, mas como queriam as Armas de Barcellos revestidas da maior nobreza, puzeram-lhe ao lado as Armas de Portugal encimando este conjuncto, nada menos do que uma Corôa Real.

As representadas na figura 2 tem uma ponte de trez arcos com a mesma arvore sahinte da ponte, arvore que está acompanhada de duas torres.

A Ermida n'estas Armas, desapareceu.

As representadas na figura 4, para a confecção das quaes foram consultadas duas auctoridades, sofreram então varios tratos, mas tudo por bem e para bem.

Já lá puzeram metade da Ermida, mas em compensação cortaram metade ao Castello e felizmente foram restaurados os Paços dos Condes de Barcellos que tinham desaparecido nas armas anteriores.

Depois encimaram estas Armas com a Corôa de Conde.

Não foi portanto detrahir o que fizeram os differentes heraldistas que tomaram á sua conta as Armas de Barcellos, foi «deturpar», quer dizer, desfiguraram, estragaram as armas de Barcellos.

Na Torre do Tombo não ha qualquer registo official ou enfim qualquer documento que estabeleça ou determine como devem ser as armas de Barcellos ou de qualquer outra terra.

Existem alli Albuns onde quaesquer curiosos aguarrelaram as armas das differentes terras por terem informação d'essas terras da forma das armas que usavam.

As armas de dominio, são e sempre foram apenas ordenadas pelas auctoridades locais e não por uma autoridade do Poder Central que nada tinha com isso.

O Poder Cental apenas dava o Foral, e desde que qualquer povoação tivesse este documento, tratava de organizar unicamente com elementos de historia local, um sello para autenticar as deliberações do Municipio ou enfim da auctoridade que mandava na povoação a que tinha sido dado o Foral. O poderem os Municipios ter sello, concessão que lhe era feita no Foral, era a permissão para fazerem leis para o Governo do seu dominio. O sello autenticava essas leis.

Portanto nada ha na Torre do Tombo que tenho o menor valor como autoridade sobre a ordenação das armas do dominio.

Já não succede porem a mesma coisa com as armas de Familia, para estas é que na Torre do Tombo ha elementos deliberativos por existirem uns registos mandados fazer propositadamente para servirem de lei aos Reis d'Armas. Mas só para as armas de Familia.

Quem não conhece porem esta arte ou sciencia de heraldica, confunde tudo e julga que se podem pôr corôas encimando armas de dominio, que as collecções de brazões desenhados ou aguarelados por curiosos que se encontram na Torre do Tombo são leis, etc.

Ignacio de Vilhena Barbosa dedicou-se ao estudo das armas de dominio, quando pela aclamação do Rei D. Pedro V, em 15 de Novembro de 1853, appareceram na ornamentação do Terreiro do Paço, as armas das Cidades e Villas Portuguezas.

O aparecimento d'estas armas em conjunto, deu motivo a grande discussão sobre algumas e sobre muitos erros supostos que foram notados pelas pessoas naturaes das diferentes terras e que conheciam o sello das suas terras.

Ignacio de Vilhena Barbosa, dedicou-se então a colleccionar as armas e as lendas respectivas e a pedido de dois jornaes de Lisboa, publicou uns elementos sobre cada brazão conforme os colheu e principalmente conforme lh'os enviavam das diferentes Camaras Municipaes. Não era um heraldista nem d'isso tinha pretensão. Era o que vulgarmente se chama um curioso no assumpto.

Depois publicou esses estudos em livro, saindo em 1865 com o titulo «As Cidades e Villas da Monarchia Portugueza que teem brazão d'armas», o que foi um grande serviço pois que assim temos uma grande collecção de armas de dominio reunidas.

Ora estas referencias são por causa do Sr. Joaquim Leitão dizer que o Dr. Antonio Miguel da Costa Almeida Ferraz — forneceu cópia do que a Torre do Tombo (Cidades e Villas com Brazão, por Ignacio Vilhena Barbosa) autenticou mas que ainda não era o autentico.

Parece portanto que entre «Torre do Tombo» e «Vilhena Barbosa», ha qualquer relação, o que não succede, salvo se é para dizer que Vilhena Barbosa copiou algumas armas de dominio que existam nos taes Albus da Torre do Tombo.

O Sr. Joaquim Leitão depois de dizer que os Srs. Dr. Augusto Monteiro e Dr. Ferraz, consideravam autenticas as armas que afinal não eram autenticas, descreve como o feliz acaso fez descobrir as autenticas armas de Barcellos.

Estavam n'uma entulheira do terreno da Camara.

Deve ser exactamente esta pedra d'armas representada pela figura 3, que se encontrava na torre da Casa da Camara, conforme nos diz Antonio de Villasboas e Sampayo na monographia de Barcellos que inclue na sua conhecida obra «Nobiliarchia Portugueza», Tratado da Nobreza hereditaria e politica, a paginas 89 da 1.ª edição, Lisboa 1676.

Vejamos outra vez como o Sr. Joaquim Leitão descreve a referida pedra d'armas.

— Um escudo em trez ordens; fundo d'elle um rio — o cavado — com uma ponte de cinco olhos e ameada nas guardas — tal qual «era a ponte primitiva que ligava Barcellos a Barcellinhos —, no principio da ponte uma torre e no fim d'ella uma ermida e um car. valho — a ermida da S.ª da Ponte e o carvalho, seculares porticos de Barcellinhos; no meio do escudo trez torres, postas em fileira, mais pequenas que a primeira — symbolo das 4 torres que atavam a muralha barcellesse no seculo XVI. No alto do escudo trez escudetes dispostos em fileira, o do meio com uma cruz em aspa, armas dos Pereiras, os dous dos lados com as quinas do Reino». —

Emfim, que se desconheça a forma normalmente usada para descrever as peças heraldicas e as suas posições, vá, mas referindo-se ao escudete do centro do chefe, frizar que tem uma cruz em aspa e dar como confirmação que esse escudete constitue as armas dos Pereiras, é que não está certo.

Seriam da mesma opinião o Dr. Augusto Monteiro e o Dr. Ferraz?

Não é este estudo evidentemente uma critica aos conhecimentos ou opiniões seja de quem fôr, mas se não se fizer referencia detalhada a todos estes casos, na primeira oportunidade, quem consultar a opinião do Sr. Joaquim Leitão, de Ignacio Vilhena Barbosa, do Dictionario de Portugal, ou emfim do que acima fica citado e do mais que apparecer, fica-se na duvida de quem terá razão e é por este motivo que eu exponho as deficiencias do que ha dito sobre o assumpto e tento demonstrar os erros que teem corrido mundo.

Vejamos como são as armas dos Pereiras:

— De vermelho, com uma cruz de prata florenceada e vasia. —

Cruz em heraldica, é a sexta das peças honrosas de primeira ordem e é formada pela sobreposição da pala e da faxa. Diz-se cruz florenceada ou floretada quando os seus braços terminam em flores de liz.

A cruz dos Pereiras é cruz florenceada ou floretada.

Esta cruz que se encontra em muitas Armas Portuguezas e Hespaholas, foi adoptado pelos cavalleiros que entraram na Batalha das Navas do Tolosa. Reza a lenda que durante esta batalha, apparecera no ceu uma cruz semelhante á de Calatrava. D'aqui o ter sido adoptada por grande numero de cavalleiros.

Aspa em heraldica é a setima na ordem das peças honrosas de primeira ordem sendo formada pela sobreposição da banda e da contra banda e ocupa todo o escudo firmando-se nos angulos.

A aspa é tambem conhecida pelo nome de Cruz de Santo André e é em forma de X, ou formada por duas diagonaes.

E' uma peça heraldica muito conhecida na armaria Portugueza e Hespanhola e foi adoptada pelos cavalleiros que entraram na tomada de Alarcon em 30 de Novembro de 1176 e na tomada de Baeça em igual dia de 1227 e allusiva ao instrumento de martyrio de Santo André, cuja festa de egreja é em 30 de Novembro, dia em que se efectuaram aquellas batalhas.

Ora o que está no escudete do centro do chefe das armas de Barcellos é a Aspa ou Cruz de Santo André e não a Cruz dos Pereiras que é uma Cruz formada por uma peça vertical e outra horisontal.

Vejamos porque se encontra alli aquelle escudete.

D. Affonso, 9.º Conde de Barcellos e 1.º Duque de Bragança, quando veiu da tomada de Ceuta, em 21 de Agosto de 1415, tomou por armas «uma aspa vermelha em campo de prata, e sobre a aspa cinco escudos das

quinas do Reino sem a orladura dos castellos; por timbre meio cavallo branco com trez lançadas no pescoço em sangue, bridado de ouro, com cabeçadas e redeas de vermelho — conforme a paginas 213 da referida edição da *Nobiliarchia Portugueza*, diz, Antonio de Villasboas e Sampayo.

As armas originarias dos Condes e Duques de Barcellos e Duques de Bragança, são portanto :

— *De prata, com uma aspa de vermelho, carregada de cinco escudetes de Portugal Antigo.* —

E' este escudo que se encontra nas armas de Barcellos e não o dos Pereiras.

Corre fama porém, de que a pedra d'armas em questão, a n.º 3 referida, aquella que esteve na Torre da Camara e que ha pouco foi encontrada junto á mesma Camara, foi mandada fazer ou é do tempo do Conde de Barcellos D. Affonso, filho legitimado de D. João I. Mas é engano, não é tal d'esse tempo.

D. Affonso, 9.º Conde de Barcellos e 1.º Duque de Bragança, morreu em Dezembro de 1461, sendo Rei de Portugal D. Affonso V que morreu em Agosto de 1481 succedendo-lhe D. João II.

Este Rei por sua lei de Junho de 1845, mandou tirar a Cruz d'Aviz e tornar pendentes os dois escudetes lateraes das Armas Portuguezas pois que até ahi estavam apontados ao centro. Ora a referida pedra d'armas de Barcellos apresenta dois escudetes de Portugal com as cinco quinas todas pendentes portanto foi a mesma pedra esculpida concertiza muito depois attendendo a que esta nova moda do escudo portuguez, devia ter chegado um pouco vagarosamente a Barcellos.

Esta pedra deve portanto ser do seculo XVI e não da primeira metade do seculo XV como parecia.

Ha outro facto ainda a notar na escultura d'esta pedra, é que apresenta erradas as armas dos Duques de Bragança.

Acima referi-me ao que dizia Villasboas na sua *Nobiliarchia* sobre as armas dos Duques de Bragança, que o Conde de Barcellos, D. Affonso, 1.º Duque de Bragança, quando veio de Ceuta em 1415, como era filho illegitimo do Rei, adoptou as quinas de Portugal transbordadas na sua disposição, como outros filhos legitimados dos Reis, fizeram.

As armas que adoptou, foram :

— *De prata, com uma aspa de vermelho, carregada de cinco escudetes de Portugal Antigo.* —

Sucedeu porém que mais tarde, mas muito mais tarde, erradamente varios membros da familia dos Duques de Bragança, applicaram a este escudo a bordadura dos castellos o que acabou por desaparecer por reconhecerem que era um erro, ou por outra, que não tinham sido assim criados.

Ora a pedra d'armas em questão, apresenta as armas

dos Duques de Bragança com uma bordadura, portanto não é tão «authentic» como alguns estudiosos do assumpto acima citados querem que seja. Se fosse mandada fazer por D. Affonso não teria a bordadura.

Ainda as armas dos Duques de Bragança foram erradamente uzadas de outra forma. Em logar dos escudetes das quinas carregando a aspa uzaram carregando a mesma aspa escudos completos com bordadura carregada de castellos como se vê por exemplo no tumulo de D. Beatriz Pereira, mulher de D. Affonso, tumulo que existe em Villa do Conde onde a bordadura alli figura com 6 castellos.

Agora portanto que Barcellos quer ordenar heraldicamente as suas armas, a Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes, aconselha á respectiva Camara Municipal, que ao mandar bordar, gravar ou esculpir as armas de Barcellos, não deixe incluir a



Primeiro projecto da bandeira segundo o parecer

referida bordadura que afinal é apenas um argumento para demonstrar que a mesma pedra d'armas não só não foi feita no tempo de D. Affonso, como foi feita por quem não conhecia nitidamente as armas dos Duques de Bragança que tão vulgares são.

Sobre este caso é interessante consultar a notavel obra «Armorial Portuguez» de G. L. Santos Ferreira, Lisboa 1920, a paginas 59 e 263 (nota) do 1.º volume e a paginas 22 e 90 do volume 2.º.

Ficando por aqui, na apreciação do que appareceu para estudo das armas de Barcellos, vou tratar dos es-

maltes e metaes que, em conformidade com as regras de heraldica devem ter as mesmas armas.

Já ficou demonstrado que das armas de Barcellos consta a representação das construcções que o filho legitimado de D. João I, o 9.º Conde de Barcellos, D. Afonso, alli mandou fazer.

Villasboas e Sampayo a paginas 80 da sua referida Nobiliarchia, diz sobre isto:

— D. Afonso primeiro Duque de Bragança, e Conde d'esta «Villa, a enobreceu com muros, ponte e paços, que alli tem os «Duques, obra magestosa em toda a idade; e tambem se lhe deve «a Igreja Matriz e Collegiada, que fundou, confirmada pelo Pontífice Paulo II, anno de 1474
«com mais grossas rendas do
«que hoje possuem as digni-
«dades d'ella, porquanto por
«autoridade Apostolica, se
«applicaram muita parte d'el-
«las para os beneficios da
«Capella de Villa Viçosa. O
«mesmo Duque lhe deu ar-
«mas, que hoje se vêem na
«torre da Casa da Camara, e
«são, em escudo, a ponte
«torre e ermida com um
«carvalho á porta, e por ci-
«ma em faxa trez escudos
«pequenos, dois com as qui-
«nas do Reino e o do meio
«com uma aspa, que era a
«Divisa do Duque, como já
«fica dito, e a deu por favor
«particular a esta Villa.» —

Tambem ha algu-
ma coisa que dizer a
esta descripção o que
de facto é triste, pois
que tendo já citado
tantas pessoas que se
teem referido a estas
armas, todas teem co-
metido faltas. Villasboas suprime-lhe a representação do
Paço, e diz que o carvalho está á porta da Ermida quando
não está. Referindo-se ás armas dos Braganças suprime-
lhe os cinco escudetes de Portugal com que a aspa é
carregada, como descreve a paginas 213.

Vamos a vêr portanto se nós brazonamos estas
armas um pouco mais acertadamente.

O campo, já de longa data vem indicado que seja
de azul conforme se vê nas representações das figuras
1, 2 e 4 e conforme indicam Vilhena Barbosa e outros.

Está de facto bem escolhida esta côr, pois é a
segunda entre as côres heraldicas e era dada para pre-
miar as qualidades de nobreza como o zelo a caridade
e a lealdade. De facto está bem para Barcellos.

A côr de primeira ordem é o vermelho que se des-
tina a premiar os casos de guerra, de victorias e de
subtilezas nos ardis, portanto não tem relação com a
vida de Barcellos que apesar de ter sempre concorrido
com muita genta para as guerras, nunca as suas mura-

lhas foram bombardeadas e não tem castello de tem-
pos remotos.

O Paço, a torre, a ermida e a ponte deverão ser de
prata.

As edificações são sempre de metaes e só se repre-
sentam d'ouro quando por exemplo constam d'um cas-
tello que sofreu assaltos e cercos ou d'uma torre ou
outra construcção que resistiu a muitas guerras ou
assaltos.

Já acima me referi á arvore que se vê nas armas.
Seria um pinheiro como alusão aos Vedores das obras
da Casa de Bragança que se chamavam Pinheiros?

Diz Villasboas e
Sampayo e o Sr. Joa-
quim Leitão que é um
carvalho.

Será? Como alusão
á progenitura da Casa
de Bragança?

Será uma pereira
como apparece no tu-
mulo de D. Beatriz Pe-
reira?

De facto á sahida
da ponte e entrando
em Barcellinhos está
lá um secular carvalho.
Exestirá alli uma ar-
vore d'esta especie
desde a fundação da
Ermida?

O que não pode
haver duvidas é que a
arvore indicada nas
armas, representa um
unico exemplar pois
que está sahinte d'uma
arca.

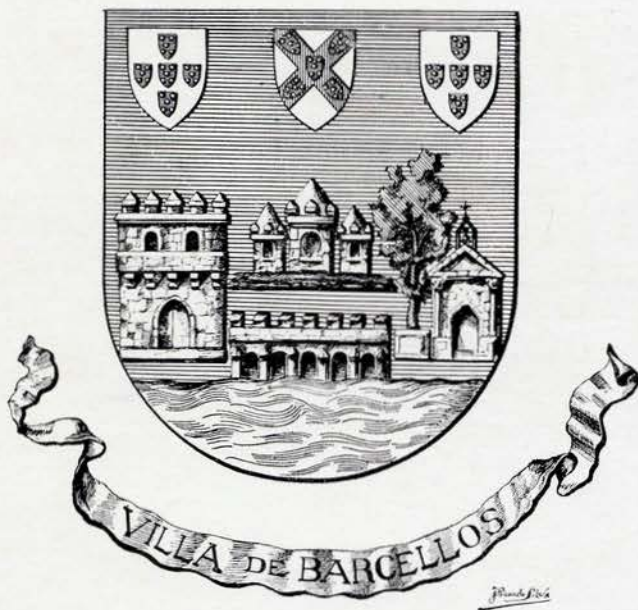
Na descripção das armas, não definiremos que seja
Pinheiro ou Carvalho. Será uma arvore como sucede
muitas vezes descrever-se em armas de familias.

Em face de tudo isto, proporemos que as Armas de
Barcellos sejam:

— De azul; com uma ponte de prata de sete ameias
na guarda e formada de cinco arcos, sahinte d'um contra
chefe ondado de prata e azul, acompanhada á destra
por uma torre quadrada e torreada de prata e á sinis-
tra por uma arvore de sua côr sahinte d'uma arca de
prata e por uma ermida com sua sineira do mesmo.

A ponte é encimada por trez torres quadradas e
cobertas de prata sahintes d'um terrado de sua côr.
Em chefe o escudete da casa de Bragança acompanhado
por dois escudetes das quinas de Portugal. —

Como as peças principaes são de prata, a Bandeira
de Barcellos deve ser branca.



Primeiro projecto do selo para a Camara Municipal de Barcellos segundo este parecer

Como esclarecimento direi que se chama torre torreada quando a torre é constituída por dois corpos sobrepostos e divididos por um parapeito e, chama-se escudete sem que seja diminutivo de escudo, ao escudo que figura como peça movel na composição de quaes-
armas, como succede nas armas de Barcellos.

*
* *

Depois de enviado este parecer á respectiva Camara Municipal, foi receblido o seguinte officio :

— Camara Municipal. Barcellos. N.º 83. Barcellos, 4 de Agosto de 1924. Ex.º Sr. Presidente da Associação dos Arqueologos Portugueses. Edifício Historico do Carmo. Lisboa. Acuso a recepção do officio de V. Ex.ª e do parecer do illustre vogal d'essa Direcção



Como mais tarde se resolveu collocar Coroas Muraes nas Armas, foi pela Associação dos Archeologos enviado este segundo projecto.

Sr. Affonso de Dornellas ácerca do brazão d'armas d'esta villa acompanhado dos desenhos do mesmo e da bandeira que Sua Ex.ª propõe sejam adoptados.

O officio de V. Ex.ª e o parecer foram presentes em sessão d'hoje d'esta Commissão Executiva que os examinou e apreciou devidamente as conclusões a que chegou o Sr. Affonso de Dornellas.

E, entendendo que não lhe é possível, de momento, reunir novos elementos de estudo nem submetel-os a quem com mais autoridade e competencia que o douto consocio d'essa associação possa apreciar-os, deliberou immediatamente perfilhar aquelle parecer, aprovar as modificações que elle impõe ao brazão d'armas d'esta villa e mandar executar novos cunhos para o sello branco d'esta Camara de acordo com o mesmo.

Mais deliberou lançar na acta um voto de agradecimento muito profundo a essa illustre Associação pelo alto serviço que vem de prestar a este municipio com elevada e patriótica comprehensão dos seus fins sociaes.

E ainda um voto de congratulação para com o douto consocio Sr. Affonso de Dornellas pelo erudito e substancioso estudo a que procedeu de tão delicado assumpto.

Toda a Commissão Executiva foi unanime em manifestar o seu reconhecimento pela prestimosa corporação que V. Ex.ª se dignaram prestar-se em assumpto fóra do alcance das suas forças.

Permita-me V. Ex.ª que lhe solicite a nota do dispendio feito pela Associação a que dignamente preside com este trabalho, especialmente com as gravuras.

Ainda me obsequiava tambem indicando-me a casa ou pessoas que fizeram o desenho e abriram os cunhos a fim de poder encomendar-lhes o novo selo branco, trabalho que se torna mais facil a quem já executou as gravuras por ordem de V. Ex.ª. — Saude e Fraternidade. — O Presidente da Commissão Executiva — (a) Miguel Fonseca.

*
* *

Passado tempo, como a Villa de Barcellos ascendes a Cidade, foi solicitado á Associação dos Archeologos, que se estudassem as modificações a fazer por tal motivo.

Vejamós um novo parecer.

Barcellos

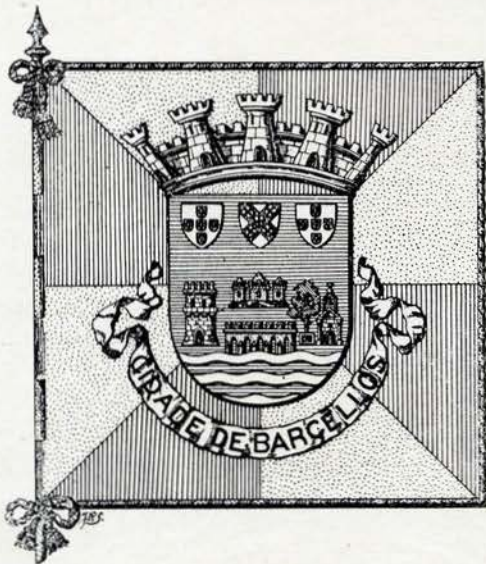
Parecer apresentado por Affonso de Dornellas á Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portugueses e aprovado em sessão de 21 de Novembro de 1928.

A pedido da Commissão Executiva da Camara Municipal da Villa de Barcellos, foram estudadas as suas armas, selo e estandarte, e aprovado o respectivo parecer pela Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos em sua sessão de 28 de Maio de 1924. Agora, como esta Villa fosse elevada á categoria de Cidade, recebeu a Associação dos Archeologos a seguinte carta :

«Ex.º Sr. Presidente da «Secção de Heraldica e Genealogia da Associação dos Archeologos Portugueses». Cumprindo as indicações do Parecer, aprovado em vossa sessão de 28 de Maio de 1924, a Camara Municipal de Barcellos mandou adoptar como seu sello acertado as armas brasonadas n'esse Parecer e fazer a sua bandeira municipal.

— Essa bandeira é branca, quadrada, ostentando no centro o escudo com um listel com letras de negro. — Barcellos foi recentemente elevada á categoria de cidade; avengei a opinião de ser necessario modificar a bandeira, tornando-a citadina, aproveitando-se a oportunidade para encimar o escudo da corôa mural, visto que á data do Parecer ainda não estava determinada a adopção de corôas muraes nas armas de dominio. — A Camara encarregou-me da modificação da bandeira, aliás feita em tempo sob minhas indicações. — Cumpro o dever de consultar VV. Ex.ªs sobre a viabilidade da minha opinião. — O brazão (sello) de Barcellos é: «de azul; uma ponte de prata de cinco arcos e com sete ameias na guarda, sainte d'um contra-chefe aguado do mesmo e do campo; a ponte é acompanhada á dextra por uma torre de prata quadrada torreada e á sinistra por

uma arvore de sua côr plantada n'uma arca do primeiro e por uma ermida do mesmo com sua sineira, e é encimada por trez torres quadradas do mesmo cobertas e assentes n'um terrado de sua côr; em chefe alinhados um escudete de Bragança dos duques acompanhado por dois de Portugal antigo». — Parece-me que n'este brasão as peças principaes serão: — a torre, ponte e ermida de prata, a arvore de sua côr, isto é de verde. — E assim a bandeira citadina de Barcellos, deverá ser: quarteada de branco e de verde; no centro o sello municipal em escudo encimado por corôa mural de prata de cinco torres; listel de branco com letras de negro. — Aguardo as indi-



Bandeira de Barcellos com as cores indicadas heralδικamente

cações de VV. Ex.^{as} para as quaes peço a possível brevidade, pois ha o maior empenho em modificar a bandeira. — De VV. Ex.^{as} — muito attencioso (a) José de Mancellos Sampaio, correspondente da Associação dos Arqueologos Portuguezes. — Barcellos, 30 de Setembro de 1928.»

Com o desenvolvimento que tem tomado o estudo da heraldica de dominio, ha hoje bastantes detalhes definidos que ha annos, quando se iniciaram taes estudos na Secção de Heraldica, passavam absolutamente em claro.

E' portanto a occasião oportuna para regular o assunto com referencia á bandeira de Barcellos.

Já adoptados por muitas cidades e villas, ha elementos que enriquecem a estetica das bandeiras de dominio e normalisam varias representações, como seja a indicação dos rios por faxas ondados de prata e azul e o mar com faxas ondados de prata e verde; o abrir e illuminar os edificios de esmalte diferente d'aquelle em que se representam os mesmos edificios; o encimar as armas com corôas muraes com um numero de torres referente á categoria da terra que caracterizam; o quarteir as bandeiras das cidades; o orlar os estandartes com cordões das côres dos mesmos; aconselhar que a haste e lança do estandarte seja de ouro ou de prata se estes metaes existirem na composição das armas ou

de madeira quando a composição não inclua metaes. Emfim, o avanço no estudo tem aperfeiçoado tanto quanto possível a heraldica de dominio.

Foi em Barcellos que existiu o solar dos Duques de Bragança, portanto as trez torres cobertas que se vêem ao centro das Armas locais, que evidentemente representam esse solar, devem ser de ouro illuminadas de vermelho por este metal e esta côr serem os principaes na heraldica.

A torre e a ermida pela razão de terem, perante o solar dos Duques de Bragança, uma importancia secundaria, devem continuar a ser de prata mas, abertas e illuminadas de vermelho. A ponte que é um monumento de primeira grandeza para a vida local, deve ser de ouro. O Rio deve passar a ser de faxas ondados de prata e de azul; a corôa mural deve ser de cinco torres de prata; o estandarte quarteado de vermelho e ouro e a haste e lança de ouro visto que existe este esmalte na composição das Armas.

Temos portanto que as Armas da Cidade de Barcellos devem ser assim ordenadas:

— De azul; uma ponte de ouro ameada na guarda e formada de cinco arcos saintes de um contra chefe ondato de prata e de azul, acompanhada á destra por uma torre quadrada e torreada de prata, aberta e illuminada de vermelho e á sinistra por uma arvore de verde sainte de uma arca de prata e por uma ermida com sua sineira do mesmo, aberta de vermelho. A ponte é encimada por trez torres quadradas e cobertas de ouro, illuminadas de vermelho e saintes de um terrado tambem de ouro. Em chefe as Armas da Casa de Bragança acompanhadas por dois escudetes das quinas de Portugal. Bandeira quarteada de amarelo e de vermelho. Cordões e borlas dos mesmos esmaltes. Haste e lança de ouro.



Sello da Camara da Cidade de Barcellos

Enviado este parecer á respectiva Camara Municipal, foi recebido o seguinte officio:

Camara Municipal. N.^o 88. Barcellos, 10 de Abril de 1929. Ex.^{ma} Sr. Presidente da «Secção de Heraldica» da «Associação dos Arqueologos». Edificio Historico do Carmo. Lisboa. A Comissão

Administrativa da Camara Municipal da cidade de Barcelos, de posse do Parecer dessa Secção sobre a modificação das armas, selo e estandarte concelhios resultando da ascensão desta antiga povoação à categoria de cidade, apresenta por esta forma a «Secção de Heraldica», que V. Ex.^a com tanta proficiência, desinteresse e alevantado patriotismo dirige, os seus agradecimentos pelo serviço prestado a esta cidade, tanto mais de enaltecer quanto é penhorante para nós barcelenses a forma como V. Ex.^a, dentro do rigorismo da sciencia heraldica, procurou honrar Barcelos attribuindo ao seu simbolo cittadino os metais e côres mais nobres da heraldica nacional num conjunto estético que provocou o aplauso de todos os que já o examinaram.

Fazendo votos para que a acção de V. Ex.^a continue a exercer-se

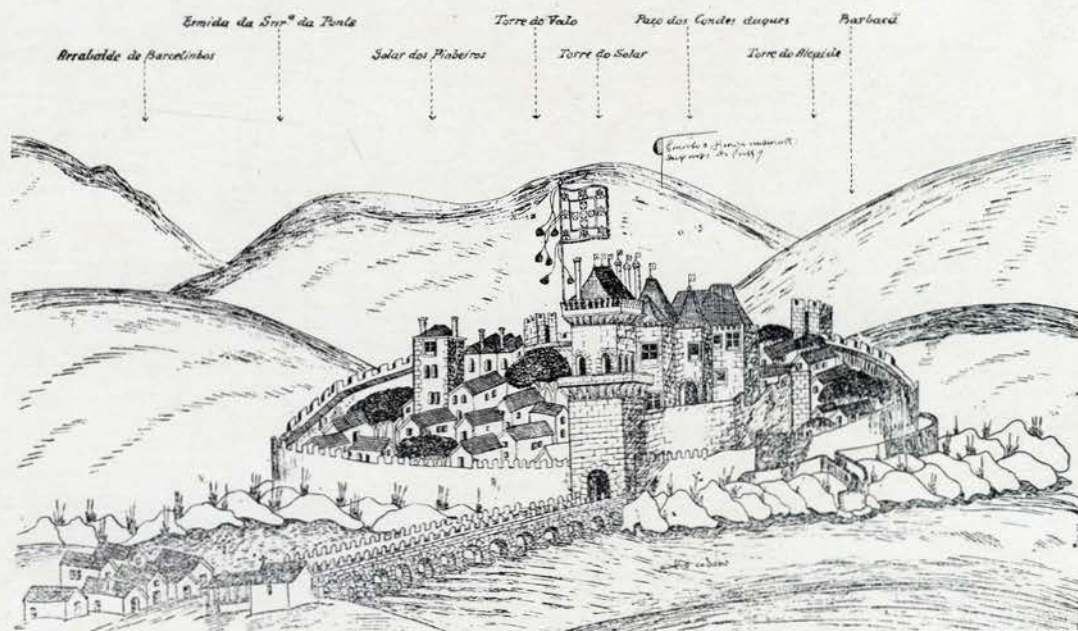
provavel do gravado da pedra de armas, modalidade considerada a mais antiga do simbolo municipal e que muito bem serviu de base aos Parecêes officiaes sobre sua fixação definitiva.

Digo que a pedra é quinhentista, seculo meante, porque:

a) é posterior à ordenação de junho de 1485 pela qual D. João II mandou tornar direitos os escudetes laterais de Portugal até então apontados ao do centro.

b) corresponde à regularização da Heraldica nacional «formato do escudo» consequente às investigações officiaes manuelinas encetadas entre 1495 e 1509.

c) inclue já a arvore, na qual querem ver o secular carvalho da ponte, mas na mais remota vista de Barcelos «Duarte Darmas»



A mais antiga panorâmica de Barcelos — Seculo XVI — Copia executada em Maio de 1927 na Torre do Tombo do «Livro das fortalezas» por Duarte d'Armas, pergamínio quinhentista, — Da collecção do sr. Dr. José de Mancellos Sampaio

na revivescencia das tradições e symbolos da Terra Portuguesa, e com a mais subida consideração, deseja a V. Ex.^a Saude e Fraternidade. Pela Comissão Administrativa, O Vice-Presidente, servindo de Presidente. — (a) Baltazar José Ferraz.

*
* *

Por ser muito interessante e muito elucidativo, vou transcrever uma carta do Sr. Dr. José de Mancellos Sampaio, illustre archeiologo e estudioso e da qual há muito a aproveitar para a historia de Barcellos.

«Barcelos, 31 de Março de 1929.

Ex.^{ma} Sr. Afonso de Dornelas

Junta remeto a V. Ex.^a uma pequena colectanea de panoramas de Barcelos pelas quais se pode dar interpretação às Armas municipaes como figurando tão sómente o aspecto da então parte principal da povoação.

E aquêle meu então refere-se aos meados do seculo XVI data

ainda tal arvore não aparece; o *Livro das fortalezas* é dos principios do seculo de 1500.

Tive sempre a impressão de que as peças principais das Armas são apenas a reprodução do panorama de Barcelos — na sua parte principal após a reconstrução do 1.º e 2.º duques de Bragança, condes de Barcelos — porque ainda hoje esse conjunto se mantem: o solar, a ponte, a arvore, a ermida, por esta ordem precisamente como nas Armas.

Este ligeiro raciocinio quanto à data e composição principal do selo concelhio.

Completando o brasão há um grupo de trez torres assentes num terrado e em chefe o brasão primitivo dos Braganças entre symbolos arcaicos da nacionalidade.

E' um conjunto revelando fixidez na sciencia heraldica vincando os progressos quinhentistas.

Vilas-Bôas Sampaio attribue às trez torres o simbolismo da povoação em si e foi — figura-se-me — quem primeiro descreveu as armas baseando-se, por certo, na pedra de armas do antigo portal da, hoje transformadissima, Camara Municipal.

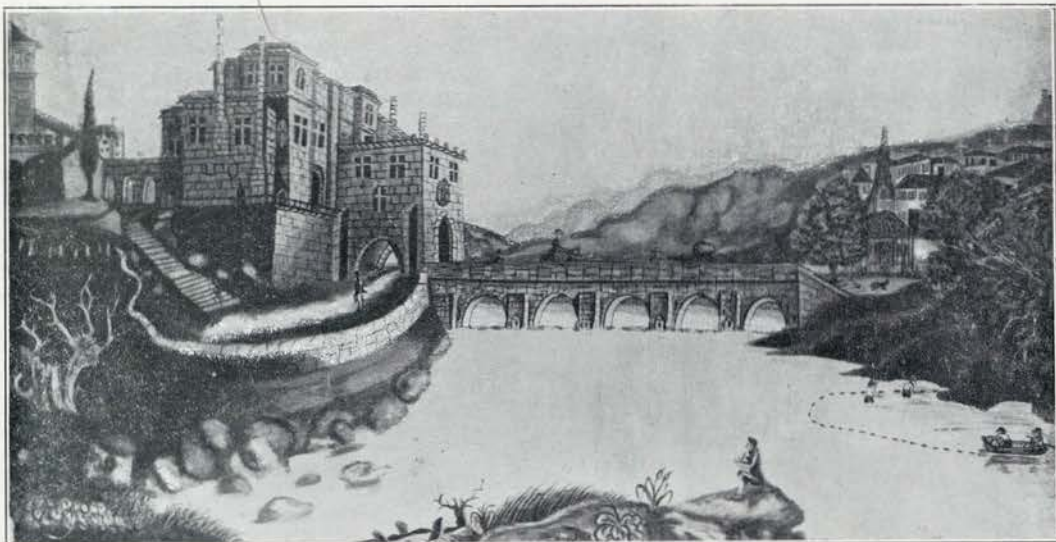
Fixou-se-me a versão de Vilas Bôas por duas razões:

a) nas muralhas brigantinas de Barcelos havia trez torres: a anexa ao solar, a do valo e a do alcaide esta a unica subsistente e nela instalada desde o seculo XVII (1631-36) a cadeia comarca.

b) em armas municipais é de admitir que o símbolo da terra — embora por abreviatura — ocupe lugar de destaque no centro do escudo; no nosso caso ainda mais verificámos que o grupo de trez torres se ostenta no *ponto de honra*.

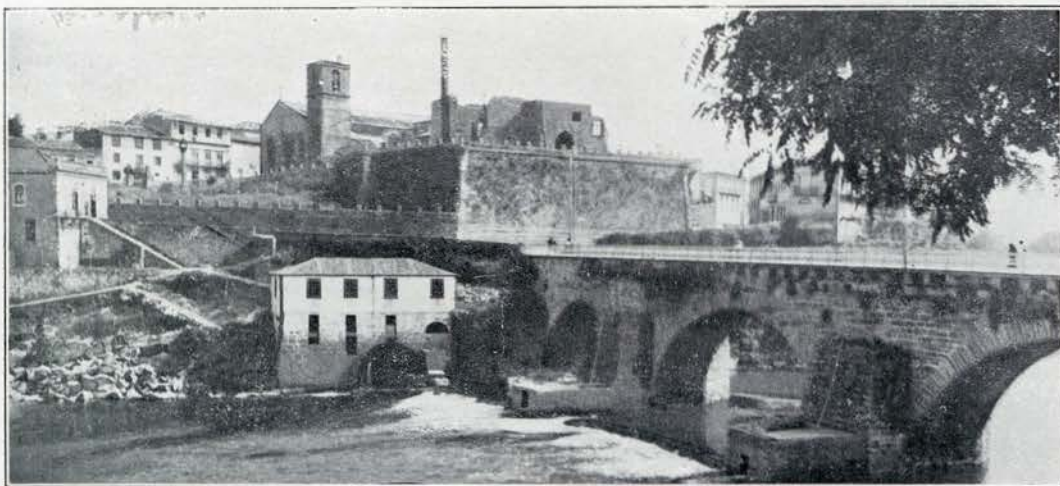
pretenciosa de *curiosos* que coroaram a obra, em mais moderna *curiosidade*, com um colonel condal de doze perolas!

Coetanea porém, da velha pe'ra de armas referida, existe uma outra muito interessante no chafariz hoje acrescentado e deslocado



Palácio dos Sereníssimos Senhores Duques de Bragança, em Barcellos. Desenho tirado do sítio do Sancho na margem esquerda do Cavado em 1786, pelo afamado pintor Manuel Luiz Pereira Barcellos, e copiado por seu Filho Antonio Augusto Pereira em 20 de Janeiro de 1856 e por elle offercido a S. M. El-Rei o Senhor D. Fernando 2.º — Existe o original deste quadro nos Escritorios da Administração da Sereníssima Casa de Bragança.

Panoramica de Barcellos em 1735. O Paço dos Condes Duques, a ponte, a arvore secular, a ermida da senhora na Ponte «peças das Armas Municipaes». O terremoto de 1755 derruiu a torre-torreada; a reconstrução apenas manteve a parte inferior da torre como se vê. (Nota do sr. Dr. José de Mancelllos Sampaio).



Panoramica de Barcellos em 1928. Ruínas dos Paços dos Condes-Duques; as partes amealhadas são muito modernas e representam um começo de execução do projecto Korrodi. Parte das ruínas foram destruidas. (Photographia da collecção do sr. Dr. José de Mancelllos Sampaio).

As modalidades posteriores das Armas Barcelenses são uma confusa serie de fantasias, em acumulação crescente de dislates revelantes da mais completa ignorancia da sciencia heraldica. Chegou-se ao ponto de confundir as armas municipais com o selo da Misericórdia, fazendo-se gravar tal trapallice numa das pedras de armas da moderna Camara Municipal! Inutil referenciar toda esta manifestação

para o Campo da República (na voz-populi eternamente o que é: Campo da Feira). Reproduzo-o aqui em fotografia actual.

Ostenta dois brasões: o da terra sem remate algum e o nacional quinhentista de coroa aberta. O da terra, do qual dei a V. Ex.ª um brasonado errado que agora emendo, tem no contra-chefe uma ponte e encimando-a uma Torre-Torreada á dextra e uma arvore á

sinistra. Suponho-o uma abreviatura da pedra do portal da Camara, por menos espaço disponível, tal ou qual incerteza nas armas (por assumidas pouco antes) e liberdade do lavrante. A admitir-se intencionalidade, na composição desta segunda modalidade, teríamos um simbolismo intuitivo: na ponte a povoação, na torre o solar do donatário, na arvore a herança do Condestavel (linhagem de *Pereiras* como no tumulo de D. Brites em Vila do Conde.)

O brasão nacional será o dos Braganças? Estes já nêsse tempo



Reprodução de parte do Chafariz de Barcellos

usavam do Reino com diferenças sabidas que na pedra não figuram. Ignorancia do lavrante? Aceitavel!

Resumindo até aqui:

— A composição das Armas municipais barcelenses (assumidas) é da segunda metade do século XVI.

— Teve como base o aspecto panorâmico da povoação, nêsse tempo, completado — estetica e heráldicamente — com a simbolização da vila (no ponto de honra) e com uma alusão ao reconstructor da povoação e à nação (em chefe).

— As variantes posteriores não provocam referencias e teem absolutamente de pôrem-se de parte.

Quanto a esmaltes — as pedras não os indicando — passou em julgado a cor azul para o campo e a prata para as peças panorâmicas com a arvore de sua cor (verde).

Estandarte por certo nunca o houve, ou dêle nem memoria resta até ao damasco rubro da bandeira do século XVIII hoje unicamente peça de museu que nem valor artistico tem.

* *

E aqui tem V. Ex.^a os motivos da minha solicitada transmissão de impressões. Nem critica, polémica muito menos! A honra imerecida — e não pedida — de pertencer á «Associação dos Arqueólogos» está em paralelo com o defeito que me ficou da tropa de respeitar os superiores.

De resto, como V. Ex.^a muito bem me ensinou no Parecer de

1929, a Heráldica de dominio transforma-se. O seu ressurgimento deve-se a V. Ex.^a por forma a provocar o aplauso de todos os que *na verdade* ainda teem algum apego ás tradições desta *Patria*, pequena no tamanho, imensa na Historia!

Que estas impressões sirvam para que possamos apreciar mais um belo artigo do «Elucidario» são os desejos do seu — Admirador muito atencioso — José de Mancelos Sampaio.

Ainda bem que Barcellos tem quem se interesse por esta forma pela sua historia, que tem sido estudada por varios aspectos, menos pelo heráldico.

Sem querer alongar mais este estudo, lembro que aquella torre torreada que appareceu na pedra do século XVI, parece que é aquella mesma torre que antigamente estava no topo da ponte e que concerteza lhe servia de porta.

Teríamos portanto que o corpo principal das Armas seria constituido por essa torre, a ponte, a arvore e a ermida.

Exactamente a mesma disposição em que estas construções foram feitas.

O edificio constituido pelas tres torres cobertas,



Reprodução de parte do Chafariz de Barcellos

assentes no mesmo terrado, no meu entender, é concerteza a representação do Solar dos Duques de Bragança.

As Armas do Chafariz são naturalmente uma redução das Armas locais. A aguia é que ainda não sei o que representará, só com uma photographia tirada especialmente e bem junto ao Chafariz, onde aparece a ave que julgo ser uma aguia, para se ver bem os seus detalhes é que se poderá saber o que significa.

E' outro problema que fica para estudo.



HERALDICA DE FAMILIA

CARTAS D'ARMAS

ELEMENTOS COLIGIDOS POR AFFONSO DE DORNELLAS

Manuel Fernandes Lobato
Couceiro

DEVIDO á amabilidade do Ex.^{mo} Sr. Henrique Mitchel de Paiva Cabral Couceiro e de seu filho Miguel Antonio do Carmo, posso apresentar uma Carta d'Armas dada a um seu tio avô e que tem anexo um processo muito completo.

Esta Carta não vem descripta no Archivo Heraldico de Sanches de Baena, nem nos Brazões Ineditos do Dr. José Machado, portanto é das consideradas inéditas.

Em volume com encadernação da epocha, consta o processo de Nobreza do Reverendo Padre Manuel Fernandes Lobato Couceiro, do habito de S. Pedro, dos seguintes documentos:

Uma certidão passada em pergaminho por Fr. José da Cruz da Ordem de S. Paulo, em 1724, com as armas de Lobato e Couceiro e com differença conforme a reprodução que apresento.

Vejamos o contheudo d'essa certidão:

— O R. P.^e Manoel Ferns Lobato Conceiro natural do lugar da Acioga termo da Villa de Ançã, comarca de Coimbra he descendente dos Verdadeiros troncos de don-le se dedus a Illustre família dos Couceiros que teue seu principio em Jorge Couceiro Deça fidalgo

do serviço da Casa de Bragança, natural da Villa de Ourem, capitam dos Ginetes da Batalha de Tavira, em tempo de El-Rey D. Alfonso V, Comendador da Ordem de Santhiago, casado com D. Ellena de Aluim, senhora de Illustre Qualidade, & natural da Villa de Vianna fos de Lima de quem nasceo entre outros Pedro Couceiro, q. viueu em Coimbra cazado, e teue de sua mulher a — Francisco Couceiro, que passou a viver ao lugar de Quimbres, aonde casou, & teue por filha a Brites Couceira, q. casou com João Vaz Homem de quem nasceo Manoel Couceiro, q. casou com Apellonia Manoel, de quem nasceo o R. P. Manoel Couceiro Instituidor do Morgado dos Couceiros, q. tem a obrigação de todos os pessuidores delle, se assignarem, & apellidarem, com o Illustre apellido de Couceiro, q. passou a sua irmã, Maria Couceira, q. casando com Francisco Ferns Lobato, natural da Villa de Miranda do Corvo, & familiar do Santo Officio, pessoa muito nobre, & da nobre família dos Lobatos, família de antigo conhecimento daquela Villa (trasendo sua origem dos Lobatos de Vianna q. procedem de D. Vasco Lourenço Lobato, o q. jaz em Vianna senhor da antiga torre de Mollam, em o Reino da Galiza), & de que nasceo o R. P. Manoel Ferns Lobato Couceiro & c^a.

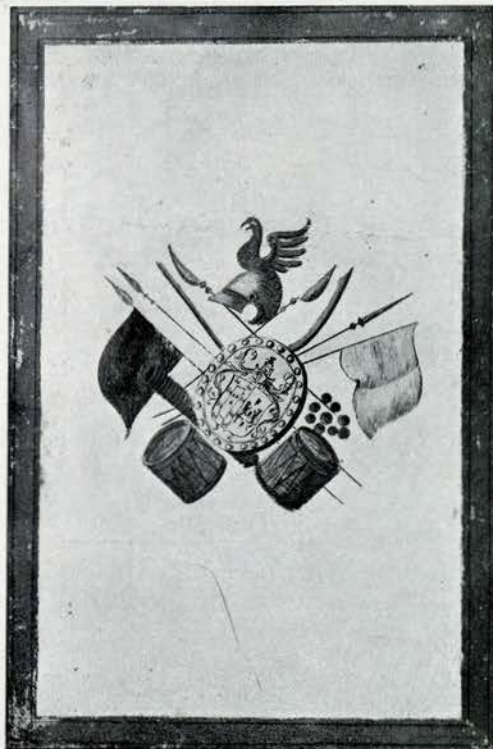
Esta certidão é escripta em duas meias folhas com moldura illuminada.

A seguir está a Carta d'Armas, que tambem reproduzo por meio de photogravura e da qual vou transcrever a parte que mais interessa:

— Portugal Rey. Darmas principal, nestes Reynos & senhorios de Portugal, do muyto alto & poderoso Rey D. João o V. noso senhor, por graça de Deos Rey de Portugal... . Faço saber aquantos esta minha carta & certidão de Brazão Darmas fidalguia, & no-

breza, digna de fê & crença virem que p. parte do Reverendo Padre Manoel Fernandes Lobato Couceiro do abito de são Pedro natural do lugar de Acioga de Campo termo da Villa de Ançam Comarca da Cidade de Coimbra & morador na dita mefol feita petição dizendo: que pella sentença junta que offerecia passada em nome de sua Magestade & pella Chancellaria da Corte pello Doutor Manoel Pinto de Mira, do seu Dezembargo & seu Dezembargador em esta sua Corte & Caza da Supplicação, Corregedor com alçada dos feitos & cauzaes siueis em ella côstaua ser o supplicante descendente das nobres & illustres familias dos Lobatos & Couceiros que neste Reyno são fidalgos antigos de Cota Darmas por ser filho legitimo de Francisco Fernandes Lobato familiar do santo Officio natural da Uilla de Miranda do Corvo Comarca de Coimbra pessoa da melhor nobreza daquela Uilla, e da nobre familia dos Lobatos, que na dita Uilla he de antigo conhecimento, morador que foi no lugar de Acioga do Campo & honde veio cazar com Maria Couceira senhora de hum morgado que seu irmão o Padre Manuel Couceiro instituiu com clausula de que os possuidores delle se assignacem, & apellidacem com o illustre apellido de Couceiro, filhos legitimos de Manoel Couceiro, & de sua Mulher Apellonia Manoel, netos de Brites Couceira, & de seu legitimo marido João Vas que viveu em o lugar de Quimbres, bisneto de Francisco Couceiro natural da Cidade de Coimbra pessoa de grande calidade, da dita Cidade & de conhecida nobreza da antiga & nobre familia dos Couceiros, que na dita Cidade ouve, & hoje ha descendentes muyto nobres, & outro sim huns como outros seus pays, & avós forão pessoas que sempre se tratarão, digo, seus pays & avós, bizaños, e terceiros avós forão pessoas que sempre se tratarão aley da nobreza, como he devido a todos os nobres, & erão das nobres familias dos Lobatos & Couceiros, & juntamente legitimos Christãos velhos sem fama ou rumor encontrario. das infectas nações livres, como de judeo, mouro, ou mulato, nem couza de vileza que lhe prejudique a sua nobreza.

Dos quais todos avós descendia elle supplicante & por tal lhe estaua julgado na dita sentença, & por senão perder a memoria de seus progenitores, & de sua antiga fidalguia, & nobreza, queria elle para conseruação della hum Brazão Darmas pertencente ás ditas familias dos Lobatos, & Couceiros pelo que me cedia lhe mandace passar Carta de Brazão Darmas em forma, assim como elle as havia de trazer, & dellas vzar; & vista a dita sua petição & sentença que fica no Cartorio da Nobreza, & por ella consta estar o supplicante julgado por legitimo descêdente das ditas familias, pelo aver asim provado & justificado largamente na dita sentença, da qual achei deduzido todo o contheudo na dita petição, em virtude da qual provi o liuro da fidalguia & nobreza do Reyno que em meu poder tenho, & nelle achei registadas as armas que as ditas linhagens pertencem, que são as que nesta lhe dou divizadas, & illuminadas; a saber. Hum escudo ouuado partido em pala, na primeira as armas dos Lobatos, que são, em campo sanguinho tres castellos de prata em roquete, com portas & frestas lauradas de preto, & huma orla de ouro com oito lobos pretos postos a seu direito; na segunda palla, as armas dos Couceiros, que são, em campo de ouro trez couceiras pardas postas em palla, entre dois leões da sua cor, & por differença huma brica azul com um trifolio de prata; & por [ser] Ecclesiastico cubertas as armas, com seu chapéo, & cordões pretos, & por que estas são as armas que ás ditas linhagens pertencem; eu Manoel Leal Rey Darmas Portugal, & principal, com o poder do meu muyto & nobre Real officio lhas dou, & assino asim como vão no dito escudo, as quais armas poderá vzar como acto, & perrogativa de sua nobreza, & fidalguia, & com ellas de todas as graças, merces....., & por firmeza de tudo vai por mim asinada com o sinal publico do nome do meu officio. Dada nesta Corte & Cidade de Lisboa Occidental, aos des dias do mes de Março do anno do nascimento de nro senhor Jezu Christo de mil & setecentos & vinte quatro. Frey Joseph da Cruz da Ordem de São Paulo, Reformador do Cartorio da Nobreza a fes, por especial Provizão de sua Mag: que Deos guarde; & vai sobrescrita por Simão da Silua Lambertio escrivão na nobreza nestes Reynos & senhorios de Portugal & suas conquistas vay Escripto em tres meyas folhas de Pregaminho..... registro adiante Simão da Silva





Lamberto a sobscrovo (a) P. Rey de armas pp.^{al} Manoel Leal. Fica Registrado este Brazão no Livro setimo do registo dos Brazões da Nobreza de Portugal, a fl. 234. Lisboa Occidental, aos trinta de Março do anno do nascimento de noso senhor Jezu Christo de 1724 (a) Simão da Sylva Lamberto.

O terceiro documento, ainda em pergaminho e com illuminuras, conforme a reproducção que incluo, tem escripto na primeira folha. — Certidam do P.º Antonio Cabral Freire Couceiro, & de seus Irmãos tirada n'este anno de 1724. —

Na base tem = Fr. Joze da Cruz o fez =

Vejamos agora o contheudo d'esse documento :

— Petição. Diz o Padre Antonio Cabral Freire Conceiro, & seus Irmãos q a seu tio o Padre Manuel Fernandes Lobato Couceiro se lhe passou Brazão Darmas n'este anno de mil e setecentos e vinte quatro, das familias dos Lobatos, & Conceiros, e por q. no dito Brazão se lhe não referem seus avós, & mais ascendencias, e elles supplicantes aquerem por aruore genealogica com todas as clarezas q. constar do Liuro do Cartorio da Nobreza, & por que esta se lhe não pode passar sem despacho de vosa merce por tanto. — Pede a vossa merce seia servido mandar ao escriuão da Nobreza lhe passe a dita certidão genealogica em modo q. faça feê. E Recebera merce. — Despacho. — O escriuão da Nobreza Simão da Sylva Lamberto pase aos supplicantes a clareza q. pedem não hauendo inconveniente & passada q. seia não terá vigor senão for registada pello dito escriuão da nobreza. & asinada por mim Rey Darmas de Portugal. Lisboa Occidental dois de Agosto de mil & setecentos & vinte quatro — Portugal Rey Darmas principal. — Manuel Leal. — Certidão — Simão da Sylva Lamberto Escriuão da Nobreza nestes Reynos e senhórios de Portugal e suaz conquistas, certifico q. no cartorio do dito officio, estão varios Liuros de familias deste Reyno, e como ao Tio dos supplicantes o Padre Manuel Fernandes Lobato Conceiro selhe passou Brazão Darmas dos apellidos referidos na sua petição, das ditas familias E tit. dellas que estão no Liuro Nono a fl. 196 cujo theor he o seguinte. — Titulo de Couceiros — Procedem os Couceiros de Jorge Conceiro de Eça descendente da Nobre familia dos Eças que procedem do Infante D. João filho de El Rey D. Pedro, e da Raynha D. Ignes de Castro, natural da Villa de Ouren, fidalgo da Casa de El Rey D. Afonso quinto, E seu capitão de genetes na batalha de Távira de serviço da Casa de Bragança, Commendador da Ordem de Santiago, cazou em Vianna com a illustre senhora D. Elena de Alvim o primeiro deste apellido, de que teve entre outros a Pedro Couceiro q. viveu em a Cidade de Coimbra, Cazou em Tentugal e teve entre outros, a Pedro Couceiro q segue e a outros de quem procedem Alvaro Ferras Velho de Azambuja — Pedro Couceiro asima viveu em Tentugal donde sua may era natural de quem procede Luis Thomaz de Lemos e Carvalho senhor da Villa da Trofa. — E a Francisco Couceiro q. passou a viver ao Lugar de Quimbres no Campo de Coimbra aonde cazou e teve entre outros — a Brites Couceira q. cazou no dito Lugar com João Vas Homem, E forão senhores do prazo da Torre da Manteigada, E thuerão por filho a Mannel Couceiro q. passou a viver ao Lugar da Pouoa da Acioga, termo da Villa de Ançã, E teve por filhos de sua mulher Apollonia Manoel ao Padre Manoel Couceiro instituidor do Morgado dos Couceiros, q. nomeou em sua irmã, com obrigação de todos os possuidores d'elle se apellidarem — Couceiros — E a Maria Couceira, mulher de Francisco Fernandes Lobato natural de Miranda do Corvo, familiar do Santo Officio ambos possuidores do dito Morgado, elle filho do Capitão Antonio Fernandes Lobato descendente da nobre familia dos Lobatos, de Vianna q. procedem de D. Vasco Lourenço Lobato, que para este Reyno se passou por crimes, e fes seu asento na dita Villa de Vianna, senhora da antiga Torre do Molão no Reyno de Galiza, em tit. de Lobatos, — de quem teve ao Doutor Francisco Couceiro de Mattos, Auditor Geral do Algarve, familiar, cazou com sua prima D. Agueda Maria Lobato — e ao Padre Manoel Fernandes

Lobato Couceiro, que neste anno de mil e setecentos e vinte quatro se lhe passou Brazão Darmas — e a Antonio Lobato de Torres Couceiro — e a Antonia Couceira de Torres, mulher do Capitão Manuel Cabral Freyre, de cujo matrimonio nascerão — Francisco Cabral Freyre Alferes da Praça da Figueira — e o Padre Antonio Cabral Freyre Presbítero — e a Alvaro Cabral Freyre, que está no Brazil — e Christovão Cabral Freyre, — e o Padre Frey Manuel de São Virissimo Carmelita, descalço, e a Therzea Cabral Freyre — e Roza Cabral Freyre, — e a Agueda Cabral Freyre. — São as Armas desta familia as que se seguem.

Tem a seguir, as Armas de Couceiro, illuminadas e depois o resto da certidão nos seguintes termos:

A não se conthem mais em o dito Liuro as ditas folhas, ao qual em todo e por todo me reporto, E por do sobredito me ser mandado passar a prezente por parte dos supplicantes contheudos na petição retro, lha passei em comprimento do despacho nella posto, a qual propria fica no cartório da Nobreza, Em feé de que vaj por mim subscrita e assinada — Lisboa occidental aos des dias do mez de Agosto do anno do nascimento de nosso senhor Jezu Christo de mil e setecentos e vinte quatro, vay escripto em tres meyas folhas de pregaminho por my rubricadas em cujo numero entra esta Simão da Sylva Lamberto a sobscrevi. (a) Simão da Sylva Lamberto. (a) P. Rey de Armas pp.^a Manoel Leal. Fica regista.^a esta certidão no Cartório da Nobreza no Liuro primeiro do Registo a fl. 60, Lisboa occidental em os 9 dias do mes de Agosto de 1724 (a) Simão da Sylva Lamberto.

Segue-se uma certidão de Nobreza com o titulo — Couceiros Lobatos da Acioga no Campo de Coimbra —, passada, assignada e sellada com o brazão de José Gomes Annes Amado de Azambuja que jura aos Santos Evangelhos que o que consta na certidão está nos livros que tem — das familias d'este Reino e de varios authenticos dignos de fé — a assignatura e a letra da certidão está reconhecida por Malachias Ferreyra em Coimbra aos 26 de Novembro de 1723.

Segue-se depois a sentença de justificação de Nobreza do Padre Manuel Fernandes Lobato Couceiro.

O Corregedor Doutor Manuel Pinto de Mira é que assigna a justificação em 31 de Janeiro de 1724.

O Corregedor de Coimbra Doutor Antonio Marinho Fiuza mandou ouvir testemunhas.

O escrivão da mesma Correição, Sebastião Baptista, expoz a genealogia preparando as perguntas.

Gonçalo Rodrigues Ramos, inqueridor do Juizo Geral da Cidade de Coimbra, em casa do referido escrivão, inqueriu as seguintes testemunhas que juraram sobre os Santos Evangelhos dizerem a verdade.

— Manuel das Neves, Alferes, vivia da sua fazenda, morador no lugar da Povoa da Acioga do Campo termo da Villa de Ançã na Comarca de Coimbra, de 65 annos, compadre do Padre Manuel Fernandes Lobato Couceiro.

— Joaquim Francisco Rocha, vivia da sua fazenda, morador no lugar de Acioga do Campo, de 68 annos.

— José Gomes Annes Amado de Azambuja, vivia dos rendimentos de sua fazenda, morador na Rua de S. João em Coimbra, de 40 annos.

— Manuel Luiz, vivia da sua fazenda, morava em Acioga do Campo, de 68 annos.



quilha navegacio do comercio da Ethio-
pia, Arabia, Persia & India. &c. Faço
lber aquantos ella minha carta & certi-
dao de Brazão Darmas fidalguia & nobre-
za, digna de fé & crença virem que p parte
do Reverendo Padre Manoel Fernan-
des Lobato Couceiro do abito de São Pe-
dro natural do lugar de Acioga de Campo
termo da Uilla de Ançã Comarca da
Cidade de Coimbra & morador na dita
me foi feita petição dizendo, que pella senten-
ça junta que offerecia pallada em nome de
sua Magestade & pella Chancellaria da
Corte pello Doutor Manoel Pinto de Mira
do seu Dezembargo & seu Dezembur-
go & seu Dezemburgador em esta sua Cor-
te & caza da Supplicação. Conegedor com
alcada dos feitos & causas fideis em ella cõ-
tina ser supplicante descendente das nobres
& illustres familias dos Lobatos & Cou-
ceiros que neste Reyno são fidalgos anti-
gos de Corta Darmas por ter filho legiti-
mo de Francisco Fernandes Lobato fami-
liar do Santo Officio natural da Uilla de Mi-
randa do Conho Comarca de Coimbra pel-
lon da millior nobreza da quella Uilla &
da nobre familia dos Lobatos, que na dita
Uilla he de antigo conhecimento, morador
que foi no lugar de Acioga do Campo &
honde veio cazar com Maria Couceira fe-
nhora de hum morgado que seu irmão

O Padre Manoel Couceiro instituiu com elzua la de que os pulsuidores delle se assignarem de apellidarem com o gillibre apellido de Couceiro, filhos legitimos de Manoel Couceiro, de de sua mulher Apollonia Manoel, netos de Brates Couceira, de de seu legitimo marido Joao Uns que viveu em o lugar de Quimbres, bisneto de Francisco Couceiro natural da Cidade de Coimbra pessoa de grande estatura, da dita Cidade de de conhecida nobreza da antiga de nobre familia dos Couceiros que na dita Cidade ouve, de hore ha descendentes muito nobres, de outro sim huns como outros seus pays, de avos forão pessoas que sempre letraram, digo, seus pays de avos, bisavos, de terceiros avos forão pessoas que sempre letraram aley da nobreza como he devido a todos os nobres, de erao das nobres familias dos Lobatos de Couceiros, de juntamente legitimos Chirilaos velhos tem fama ou rumor contrario, das infectas na coes livres, como de judeo, mouro, ou nullo, nem couza de villosa que lhe prejudica que alia nobreza.



Os quais todos avos descendia elle supplicante de por tal lleefta fulgada na dita sentença, de por não perder a memoria de seus progenitores de de sua antiga ndalguia, de nobreza, queria elle

uma concessão della hum Brazão D'armas pertencente as ditas familias dos Lobatos de Couceiros, pello que me pedia llee mandace, passar Carta de Brazão D'armas em forma, assim como elle as havia de trazer, de dellas rezar; de villa adita sua petição de sentença que fica no cartorio da nobreza, de por ella constar dhar supplicante fulgado por legitimo descendente das ditas familias, pello aver assim provado, de julificado largamente na dita sentença, da qual achei de dazido todo o contendo na dita petição, em virtude da qual provi o lliuro da fidalguia de nobreza do Reyno que em meu poder tenho, de nelle achei registada as armas que as ditas linhagens pertencem, que são as que nella lleeitou divizadas, de illuminadas; asaber.



Um escudo ouando partido em pala, na primeira as armas dos Lobatos, que são, em campo sanguinho tres castellos de prata, em roquete, com portas de freixas lauradas de preto, de hum a orla de ouro com oito lobos pretos postos a seu direito, na segunda pala, as armas dos Couceiros, que são, em campo de ouro tres couceiras pardas postas em pala, entre dois leões da sua cor, de por differença hum a brica azul com hum trifolio de prata, de por

— Antonio Fernandes Marequinhos, lavrador, morador em Acioga do Campo, de 70 annos.

Veio deprecada para Lisboa e a 22 de Janeiro de 1724, o inqueridor Manuel Coutinho de Azevedo e o escrivão Simão da Silva Lambertto formaram os depoimentos das seguintes testemunhas:

— Victorino José Resende, vivia do seu negocio, morava a Santos o Velho em Lisboa, de 24 annos. Viueu em Coimbra dois annos.

— Manuel Baptista de Figueiredo, official do Cartorio da Nobreza, morador ao Poço Novo em Lisboa, de 23 annos.

— Reverendo Padre Frei José da Cruz, Religioso da Ordem de São Paulo, morador no Convento dos Paulistas em Lisboa, de 50 annos.

Todas estas testemunhas confirmaram tudo quanto estava na petição formulada pelo Reverendo Padre Manoel Fernandes Lobato Couceiro.

Segue-se depois uma certidão passada em Coimbra em 9 de Setembro de 1724, por José Gomes Annes Amado Azambuja, descrevendo a genealogia dos Couceiros e dos Touroes e algumas das suas ligações.

E aqui está um livro de familia como tenho visto poucos, constituido por uma serie muito interessante de documentos.

Geralmente as Cartas de brazão apparecem isoladas, sendo raro o caso de terem anexo qualquer outro documento.

Com estes documentos e com os elementos colhidos entre os actuaes representantes e ainda com alguns processos da Familiaes do Santo Officio, foi-me possivel organizar a resenha geneologica que a deante descreverei.

Não quer porém dizer que não seria facil ampliar este pequeno estudo, bastaria consultar as obras manuscritas de genealogia e bastaria fazer uma investigação da Torre do Tombo, mas o meu intuito é apenas dar a conhecer as Cartas d'Armas que sei que existem, aproveitando a oportunidade de lhe juntar alguns elementos procurando trazer até hoje alguma ou algumas linhas geneologicas.

A Familia Couceiro é muito grande, visto que já tem varios seculos de existencia, portanto um estudo genealogico e biographico da mesma, daria volumes.

Em todo o caso, como parece que são rarrissimas as cartas de brazão que incluem as Armas da Familia Couceiro e como a que motivou este estudo, é inedita e desconhecida, sempre direi que apenas conheço a existencia de mais duas Cartas d'Armas que incluem as de Couceiro e que foram passadas em 15 de Março de 1796 a João Couceiro da Silva, constituídas pelas Armas de Pinheiro, Pimentel, Couceiro e Pereira e em 7 de Setembro de 1753 ao Dr. José de Sousa Baracho Couceiro, constituídas por Baracho, Couceiro, Sousa e Vasconcellos.

Note-se porém que não encontrei a ligação entre estes dois Fidalgos de Cota d'Armas e a Familia Couceiro que adeante descrevo.

Vejamos primeiro uns elementos que me não foi possível ligar com os ascendentes da actual Família Paiva Couceiro, e que amavelmente me foram cedidos pelo Ex.^{mo} Sr. Eduardo Mascarenhas Valdez Pinto da Cunha, por intermedio do Engenheiro Ex.^{mo} Sr. Manuel de Paiva Couceiro.

1 — FRANCISCA COUCEIRO, casou com Manuel Alvares e tiveram :

2 — BRAZ ALVARES COUCEIRO que se baptizou em 10 de Fevereiro de 1637 em Santos-o-Velho.

Tiveram :

3 — JOÃO ALVARES COUCEIRO. Baptizou-se na freguezia de S. Julião de Lisboa. Cidadão e partidador dos orphãos. Foi Alferes do Regimento de que era Coronel o Marquez Barão d'Alvito.

Casou com D. Aurelia Maria da Fonseca baptisada na freguezia dos Martires de Lisboa, filha de Francisco Leitão de Carvalho e de sua mulher D. Francisca da Fonseca e Brito.

Do casamento de João Alvares Couceiro nasceram :

4 — JOAQUIM ALVARES COUCEIRO que segue.

5 — Dr. Francisco Angelo Leitão, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo sem mais noticia.

4 — Braz Alvares Couceiro, idem. idem.

4 — Dr. Paulo Aurelio de Carvalho, idem. idem.

4 — JOAQUIM ALVARES COUCEIRO. Cavalleiro professo da Ordem de Christo. Escrivão e guarda-mór da Relação Patriarchal. Proprietario encartado de um officio de Feitor da Casa da Sisa da Fruta cargo que herdou do seu sogro.

Casou em 8 de Julho de 1746 com D. Joanna Thimotea de Sousa, filha do Licenciado Antonio de Sousa, Guarda-Mór da Alfandega do Porto, Thesoureiro Geral da Junta do Commercio.

Joaquim Alvares Couceiro falleceu na sua casa da Rua de S. Roque em Lisboa em 27 de Novembro de 1777 com 65 annos de idade.

Do seu casamento nasceram :

5 — FRANCISCO DE PAULA DE SOUSA COUCEIRO que segue.

5 — José Joaquim de Sousa Couceiro que morreu na Bahia sem mais noticia.

5 — D. Francisca Iria, sem mais noticia.

5 — FRANCISCO DE PAULA DE SOUSA COUCEIRO. Nasceu em 10 de Abril de 1753 e baptizou-se no dia 27 seguinte. Falleceu em 23 de Novembro de 1831. Proprietario encartado do officio de feitor da mesa da fructa. Escrivão e Guarda-Mór da Relação Patriarchal.

Casou em 14 de Junho de 1798 na freguezia de S.^{ta} Maria Magdalena da Dos Negros, com D. Joanna Marcelina do Espirito Santo Machado.

Do casamento de Francisco de Paula de Sousa Couceiro, nasceram :

6 — Antonio Maria de Sousa Couceiro que nasceu em 9 de Abril de 1799 sem mais noticia.





6 — D. Maria José de Sousa Couceiro que nasceu em 20 de Abril de 1800; sem mais notícia.

6 — JOSE' MARIA DE SOUSA COUCEIRO que segue.

6 — D. Ana Maria sem mais notícia.

6 — D. Joana Maria sem mais notícia.

6 — JOSÉ MARIA DE SOUSA COUCEIRO. Nasceu em 20 de Fevereiro de 1801. Foi Fidalgo da Casa Real, Commendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição. Herdou os cargos de seu Pae na Relação Patriarchal.

Casou com D. Maria Augusta Potsch Gomes Peixoto filha de João Anastacio Potsch e de sua mulher D. Maria do Carmo Gomes Peixoto.

Do casamento de José Maria de Sousa Couceiro nasceram :

7 — D. Amelia de Sousa Couceiro, casada com José Carlos Mardel. Com geração.

7 — D. GUILHERMINA DE SOUSA COUCEIRO que segue

7 — D. Beatris de Sousa Couceiro que casou com seu tio Augusto Potsch Gomes Peixoto com geração.

7 — Paulo Augusto de Sousa Couceiro sem geração.

7 — D. GUILHERMINA DE SOUSA COUCEIRO. Casou em 23 de Novembro de 1863 com o Conselheiro Eduardo Pinto da Silva e Cunha, Bacharel em Mathematica e Philosophia. Foi Governador Civil e Deputado. Era filho de João Felix Pinto da Fonseca e de sua mulher D. Maria Amalia da Silva e Cunha Leite Pereira.

Do casamento de D. Guilhermina de Sousa Couceiro nasceram :

8 — D. Maria Amalia que faleceu creança.

8 — JOSE EDUARDO PINTO COUCEIRO DA CUNHA que segue.

8 — JOSÉ EDUARDO PINTO COUCEIRO DA CUNHA que nasceu em 20 de Fevereiro de 1866. Tem o curso superior de letras. Casou em 8 de Fevereiro de 1892 com D. Maria Thereza de Mello Mascarenhas Valdez, filha de Ayres Pinheiro de Mascarenhas Valdez, General com o curso de Cavallaria, Commendador da Ordem de Aviz, Fidalgo da Casa Real e de sua mulher D. Maria Perpetua Pereira de Mello.

Tiveram :

9 — EDUARDO MASCARENHAS VALDEZ PINTO DA CUNHA que segue

9 — Ayres Mascarenhas Valdez Pinto da Cunha que vive solteiro.

9 — EDUARDO MASCARENHAS VALDEZ PINTO DA CUNHA nasceu em 27 de Dezembro de 1893 e casou em 28 de Outubro de 1917 com D. Thereza Josepha Burnay de Mello Breyner, filha de D. Thomaz de Mello Breyner e de sua mulher D. Sophia Burnay, Condes de Mafra.

Do casamento de Eduardo Mascarenhas Valdez Pinto da Cunha, nasceram :

10 — D. Maria Thereza da Assumpção de Mello Breyner Pinto da Cunha

10 — Maria Jose de Mello Brayner Pinto da Cunha

*

* *

Depois, mais um pequeno apontamento que vinha junto com os elementos antecedentes e que apenas diz :

1 — D. Ignacio de Sousa Brito casou com D. Ignez Ignacia Manrique Tinor de Castro, viveram em Goa e tiveram :

2 — D. Jose Maria Couceiro de Sousa e Brito que nasceu em Goa sem mais notícia.

2 — D. João Romor Couceiro de Sousa e Brito natural de Goa. Casou com D. Anna Maria d'Almeida de Sousa e Brito e tiveram :

3 — Bernardino dos Prazeres Couceiro de Sousa e Brito sem mais notícia.

2 — D. Luiza Rosa Couceiro de Sousa e Brito sem mais notícia.

2 — D. Anna Rosa Couceiro de Sousa e Brito sem mais notícia

*

* *

Agora vou então descrever a resenha que com os elementos citados consegui organizar.

1 — JORGE COUCEIRO D'EÇA, natural da Villa de Ourem. Foi Capitão de Ginetes no tempo de D. Afonso V.

Na certidão que reproduzo passada por Fr. José da Cruz da Ordem de S. Paulo em 1724, ao Pædre Manuel

Fernandes Lobato Couceiro, diz-se: — Capitam dos Ginetes da Batalha de Tavira, em tempo de El-Rey D. Affonso V —.

Deve estar errada esta referencia pois ou se queria referir a que Jorge Couceiro d'Eça era Capitão dos Ginetes de batalha, formação militar com sede em Tavira, ou que foi Capitão de Ginetes na Batalha de Arzila como muito bem me alvitrou o Sr. Henrique Milchel de Paiva Cabral Couceiro.

Na certidão que tambem reproduzo passada pelo mesmo Fr. José da Cruz em 1724, ao Padre Antonio Cabral Freire Couceiro e a seus irmãos, diz-se: — fidalgo da Caza de El-Rey D. Affonso quinto, e seu capitão de Genetes na batalha de Tavira —.

Deprehende-se d'este modo de dizer — na batalha — que não se referia a uma formação Militar de Ginetes de Batalha, mas sim que foi Capitão de Ginetes n'uma batalha que seria do Touro? de Arzila?, emfim vê-se que foi erro de copia que passou de uns para os outros.

No estudo genealogico de José Gomes Annes Amado de Azambuja, referindo-se a este facto, diz = Capitam dos Ginetes na Batalha de Touro digo de Tavira =.

Jorge Couceiro d'Eça foi ainda Fidalgo da Casa Real; Vedor da fazenda da Casa de Bragança; Comendador na Ordem de Santiago. Era descendente dos Eças, portanto descendente do Infante D. João filho de El-Rei D. Pedro I e de D. Ignez de Castro.

Casou em Vianna da Foz do Lima com D. Elena de Alvim e teve entre outros a:

2 — Fernão Couceiro que deixou geração no Minho.

2 — PEDRO COUCEIRO que segue.

2 — Lucas Couceiro que viveu em Coimbra e casou em Villarrinho perto a Aveiro, com D. Mariana de Portugal filha de Simão Rodrigues Portugal, natural de Monte Mor Velho e de sua mulher D. Maria Francisca, natural de Tavadede.

Do Casamento de Lucas Couceiro, nasceram:

3 — Manuel Couceiro que foi senhor da Quinta do Villarrinho e casou com D. Leonor Cardoso Ribeiro filha de Lançarote Ribeiro, Fidalgo da Casa Real e da familia dos Ribeiros de Aveiro.

Deste Casamento nasceu:

4 — Antonio Lançarote que foi senhor da Quinta e Morgado de Villarrinhos e foi pae de

5 — D. Maria Lançarote Couceiro que instituiu a Capella de Vera Cruz que ficou anexada ao Morgado de Vilarinho. Casou com Mathias André Roulão filho de Pedro Roulão, moço da Camara do Numero, que viveu em Aveiro de sua mulher D. Leonor Eannes e neto de Felipe Roulão que viveu em Aveiro e foi Moço da Camara do Numero.

Mathias André Roulão foi irmão de Thomé André Roulão, o Velho que foi casado com D. Catherina Dias e depois de Viuvo com D. Branca Couceiro filha de Antonio Couceiro de Tentugal. Este Thomé André Roulão teve do primeiro casamento Pedro André Roulão de quem procede José Roulão Pimentel, morador na Quinta da Marciana junto a Lisboa e do segundo casa-





mento teve a D. Leonor Costa que casou com Lourenço de Carvalho de Menezes, Fidalgo da Casa Real, não tiveram filhos e os seus bens foram vinculados no Morgado de Villarinho que passou aos descendentes de Mathias André Roulão. Ainda este Mathias teve outro irmão que se chamou Miguel André Roulão e foi pae de D. Catherina Roulão que casando com o Desembargador do Paço Dr. Pedro Nunes da Costa, foram paes do Bispo do Maranhão e Pará, D. Jeronimo dos Anjos.

Do Casamento de D. Maria Lançarote com Mathias André Roulão, nasceu.

6 — *Luiz Lançarote Gouveiro* que casou com D. Maria Coelho filha do Dr. José Coelho, da Villa de Esgueira e de sua mulher D. Antonia Rodrigues Lançarote filha de Antonio Lançarote acima (4).

5 - D. *Antonia Rodrigues Lançarote* que casou com seu sobrinho *Luiz Lançarote Couceiro* como em sua altura disse. Tiveram.

6 — *Pedro Couceiro Lançarote Coelho* que foi para o Maranhão com o tio Bispo D. Jeronimo dos Anjos e lá casou com D. Mariana Sampaio e tiveram:

7 - *Luis Lançarote Coelho*. Capitão da Nobreza do Estado do Maranhão. Casou com D. Mariana da Silva filha de Francisco da Silva Barbosa, Capitão de Infantaria no Estado de Maranhão.

Tiveram

8 — João Conceiro Lançarote senhor do morgado de Villarinho casou com D. Thereza Quintão de Figueiredo viuva de seu primo Manuel Lançarote acima e filha do Dr. Domingos Marques da Silva e de sua mulher D. Elena Valente de Figueiredo e tiveram.

9 - *Francisco Manuel Sargento Mor da Cavalaria d'Evora.*

9 - *Antonio Couceiro* Tenente na Cavalaria d'Elvas, casado em Campo Maior e com filhos.

9 — *D. Joana Inocencia* casou em Vouzella com o Dr. Antonio Valerio de Lemos com filhos.

9 — *D. F.* casada em Portalegre.

3 — *D. Monica Couceiro*, sem mais noticia, do que ser gêmea do irmão que se segue, sendo baptisada no mesmo dia.

3 — *Agostinho Couceiro Portugal*, batizou-se em 14 de Setembro de 1629 sendo Antonio Couceiro seu padrinho como consta de folhas 4 do livro de batismo de Monte-mor-o-Velho. Era Licenciado e Familiar do Santo Officio estando as suas habilitações sob n.º 20 do Maço 1 (A) no archivo da Torre do Tombo. A Carta de Familiar foi assignada em 6 de Abril de 1672.

Casou com D. Maria Leite Pereira, sendo as necessarias habilitações para casar, aprovadas em 5 de Dezembro de 1672, estando apenas ao processo acima citado.

Era natural de Montemor-o-Velho e filho de Jeronimo Leite Pereira, natural do Porto e morador na quinta e morgado de Quebrantes junto ao Porto e de sua mulher D. Elena do Caso, natural de Montemor-o-Velho e filho de João Rodrigues Caso, de Montemor, e de sua mulher D. Isabel de Portugal do Couto de Tavarede.

Jeronimo Leite Pereira era filho de Sebastião Bento Pereira, do Porto, e de sua mulher D. Luiza da Cunha, de Gaya. Fora do casamento e de Maria dos Anjos deixou o filho abaixo indicado. Esta Maria dos Anjos era filha do Padre Antonio Nunes, Tesoureiro da Colegiada da Alcaçova de Montemor-o-Velho e de Maria Travassos, moradora no Castello da mesma Villa.

4 — *Agostinho Couceiro*, Capitão. Foi batizado em 2 de Novembro de 1672 na Igreja da Madalena de Montemor-o-Velho, sendo seu padrinho o padre João Couceiro, conforme consta de folhas 25 verso do livro dos assentos do batismo da mesma Igreja.

Casou Agostinho Couceiro com D. Luiza Gomes de Almeida natural de Montemor-o-Velho, filha de Sebastião Henriques e de sua mulher D. Maria Gomes d'Almeida, ambos de Albergaria-a-Velha. O casamento de Agostinho Couceiro com D. Luiza Gomes d'Almeida foi em 22 de Julho de 1689 na Igreja de S. Miguel de Montemor-o-Velho. D. Luiza Gomes d'Almeida batizou-se em 24 de Abril de 1675 e era sobrinha do padre que a casou e se chamava Dionizio Gomes d'Almeida, Licenciado e commissario do Santo Officio, conforme tudo consta de folhas 99 do Livro de Assentos do casamento da mesma Igreja.

Do casamento do Capitão Agostinho Couceiro e de sua mulher D. Luiza Gomes d'Almeida nasceu:

5 — *D. Catherina Thereza d'Almeida Portugal* que se batizou na Igreja de S. Miguel de Montemor-o-Velho em 15 de Fevereiro de 1693 conforme consta de folhas 58 verso do Livro dos batismos que começa em 1625.

Esta senhora casou com o seu parente o Dr. Francisco Couceiro de Mattos (7) adiante referido.

2 — **PEDRO COUCEIRO**. Viveu em Coimbra e casou em Tentugal. D'este casamento houve:

3 — *Pedro Couceiro* que viveu em Tentugal onde casou e foi pae de

4 — *D. Maria Couceiro* que casou com Christovão Mendes de Carvalho, Dezembargador do Paço, Esmoler Mor do Reino e Corregedor da Beira. Tiveram:

5 — *Pedro de Carvalho* que foi Fidalgo da Casa Real e Senhor de Villamaior. Casou com sua segunda prima D. Guiomar da Fonseca que foi sua segunda mulher, filha de Christovão de Carvalho, Trinchante do Infante D. Luiz, e de sua mulher D. Filipa de Bulhão.

6 — *Jeronimo de Carvalho*, senhor da Villa de Trofa pelo seu casamento com D. Jeronima de Lemos, filha herdeira de Diogo Gomes de Lemos, senhor de Trofa e de sua segunda mulher D. Guiomar Monteiro.

Deste casamento houve:

7 — *Bernardo de Carvalho e Lemos*, senhor de Trofa e Fidalgo da Casa Real. Casou com D. Maria Magdalena de Sousa Menezes.

Por ser bem conhecida a Família dos Senhores de Trofa, não continuo com este ramo.

3 — **FRANCISCO COUCEIRO** que segue:

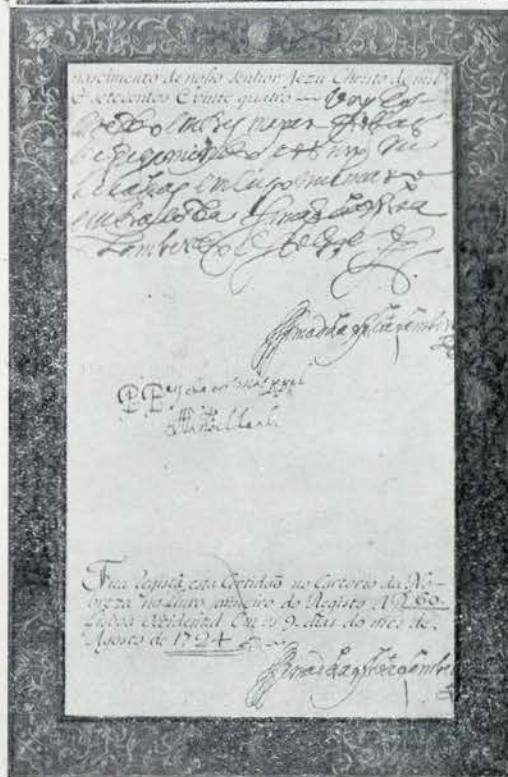
3 — *D. Joanna Couceiro de Alvim* que casou com Lopo de Sousa de Vasconcellos e foram paes.

4 — *D. Antonia da Silva* que casou com D. João de Abranches e Almada.

4 — *Miguel de Sousa* que viveu em Pombal e casou com D. Leonor de Leão filha de Antonio de Leão, Phisico mor, e de sua mulher que era irmã de Diogo de Castro do Rio.

Deste casamento nasceram:

5 — *Lopo de Sousa de Vasconcellos* que serviu em Africa.



Foi cavaleiro da Ordem de Christo. Morreu solteiro. Reedificou a Capella dos seus avós em Santa Maria do Castello, onde está sepultado.

5 — D. Joana freira em Almoester.

5 — D. Mariana de Menezes, mulher de Pantaleão Ferreira de Tavora. Sem geração.

5 — Manuel de Sousa, herdeiro da casa de seus paes e de seu irmão mais velho, casou em Pombal com D. Magdalena de Gasmão filha de Bernardo de Barros, o Moço.

Deste casamento nasceu alem de duas filhas, freiras em Figueiró, os seguintes filhos:

6 — Manuel de Sousa que morreu sem geração.

6 — Valentim de Sousa que foi para a India com o Vice Rei conde dos Linhares,

6 — Miguel de Sousa, idem.

6 — Antonio de Sousa de Vasconcellos sem mais noticia.

onde foi senhor do Prazo da Torre da Manteigada pelo seu casamento no mesmo lugar.

D'este casamento houve:

4 — Francisco Couceiro sem geração.

4 — Pedro Couceiro com geração que se extinguiu.

4 — D. BRITES COUCEIRO que segue.

4 — D. BRITES COUCEIRO casou em Quimbrões com João Vaz Homem, escrivão no mesmo lugar.

D'este casamento houve:

5 — MANUEL COUCEIRO, natural de Quimbrões. Casou na Povoia de Acioga do Campo proximo de Ançã com D. Apolonia Manuel, natural e moradora em



Carta de Famílias do Santo Offício de Francisco Fernandes Lobato

6 — Martins Affonso de Sousa, idem.

6 — Alvaro de Sousa, herdeiro da Casa de Seus Paes. Capitão Mór de Pombal. Casou com D. Jeromina filha de Diogo Lopes Galego, natural da galega. Foram paes de: Diogo de Sousa e Vasconcellos que foi Cavaleiro da Ordem de Christo; D. Margarida sem mais noticia e Lopo de Sousa Vasconcellos que casou com D. Theresa, filha do Manuel Dordio, e foram paes de D. Joanna de Sousa Vasconcellos que casou com João da Serra sem mais noticia.

3 — D. Maria Couceiro que casou com Basilio de Sousa e Azambuja de que procede Alvaro Ferraz Velho de Azambuja, Alferes Mor da Cidade de Coimbra e Juiz dos Orfãos da mesma cidade.

3 — FRANCISCO COUCEIRO nasceu em Coimbra e viveu no lugar de Quimbrões no termo de Coimbra

Acioga, filha de Manuel Gonçalves natural de Acioga e de sua mulher D. Catharina Rodrigues, natural de Carregães, freguezia do Taveiro.

Do casamento de Manuel Couceiro com D. Apolonia Manuel, nasceram:

6 — Manuel Couceiro que seguiu a vida religiosa. Instituiu um Morgado em 1694 com a clausula de todos os seus administradores usarem o apelido Couceiro, nomeando primeira administradora, sua irmã que segue.

6 — D. MARIA COUCEIRO que segue

6 — D. MARIA COUCEIRO. Foi herdeira da Casa de seus Paes e Senhora do Morgado dos Couceiros.

Morreu na Povoia de Acioga do Campo e casou com Francisco Fernandes Lobato, natural do lugar de Lobazes, termo de Miranda do Corvo e Familiar do Santo Officio por Carta de 17 de Setembro de 1676, existindo as habilitações sob n.º 417 do maço 13 (F) da Torre do Tombo,

Francisco Fernandes Lobato era irmão de Sebastião Fernandes Lobato que também foi Familiar do Santo Officio por Carta de 15 de Outubro de 1675.

Francisco Fernandes Lobato e seu irmão eram filhos do Capitão Antonio Fernandes Lobato e de sua mulher D. Maria Dias, moradores em Lobazes, freguezia do Salvador de Miranda do Corvo.

O Capitão Antonio Fernandes Lobato era filho de Pero Fernandes e de sua mulher Genebra Simões moradores em Troia da referida freguezia.

D. Maria Dias era filha de João Rodrigues e de sua mulher D. Isabel Dias, moradora em Lobazes.

Do casamento de D. Maria Couceiro com Francisco Fernandes Lobato nasceram:

7 — *Dr. Francisco Couceiro de Mattos*, Juiz de Fora de Monforte e Niza, Auditor Geral da Província da Beira; Corregedor de Lagos e Auditor Geral do Reino do Algarve em 1723. 2.º administrador do Morgado dos Couceiros.

Familiar do Santo Officio por carta de 21 de Janeiro de 1694. As suas habilitações para este cargo estão sob n.º 606 no maço 23 (F) da Torre do Tombo.

Casou com sua prima D. Agueda Maria Lobato que se baptizou em 13 de Agosto de 1674 em Miranda do Corvo filha de Sebastião Fernandes Lobato, também Familiar do Santo Officio como acima disse quando tratei de seu irmão Francisco.

A mãe de D. Agueda foi D. Anna Gomes que casou com Sebastião Fernandes Lobato em 3 de Fevereiro de 1668 conforme consta de folhas 190 do Livro dos assentos do casamento de Miranda do Corvo. O Dr. Francisco Couceiro de Mattos depois de viuvo casou com sua parenta D. Catherina Thereza d'Almeida Portugal, natural de Montemor-o-Velho, filha do Capitão Agostinho Couceiro Portugal e de sua mulher D. Luiza Gomes d'Almeida a quem acima me referi quando tratei de Lucas Couceiro (2).

7 — *Manuel Fernandes Lobato Couceiro*, natural da Povoia de Acioga do Campo. Foi padre.

Justificou a sua nobreza em 1724, requerendo carta d'armas a qual lhe foi concedida em Lisboa em 10 de Março do mesmo anno de 1724 a qual motivou este estudo.

7 — *Antonio Lobato de Torres Couceiro*, solteiro em 1724.

7 — D. ANTONIA COUCEIRO TORRES que segue.

7 — D. *Margarida da Purificação*, Religiosa no Convento de Tentugal.

7 — D. ANTONIA COUCEIRO TORRES já viuva em 1723 do Capitão Manuel Cabral Freire, natural da Villa de Ançã e filho de Manuel Freire e de sua mulher D. Maria Cabral.

Este Manuel depois de viuvo, ordenou-se padre e foi Prior do Ameal. Era filho de Manuel Gonçalves Torres e de sua mulher D. Maria Freire.

D. Maria Cabral era filha herdeira de Alvaro Cabral Touro e de sua mulher com quem casou em Coimbra D. Ana de Almeida filha de Antonio Simões de sua mulher D. Maria Dias.

Alvaro Cabral Touro residiu em Coimbra em com-

panhia de seu tio o corregedor Gaspar Touro da Fonseca. Passou depois a viver em S. Martinho de Arvore.

Alvaro Cabral Touro era filho herdeiro de Alvaro Pires Touro e de sua mulher com quem casou em Albufeira D. Apolonia Catalão. Alvaro Cabral Touro serviu nas guerras do seu tempo e prestou serviços no Algarve pelos annos de 1560. Foi Sobre Ronda das vigias dos Baluartes na Vila de Albufeira.

Alves Pires Touro era filho de uma senhora da Familia Fonseca e de seu marido Luiz Pires Tourinho que foi fidalgo da Cota d'Armas por graça do Rei D. João III, com as armas da Familia Touro ou Tourinho.

Luiz Pires Tourinho era filho de Pedro Affonso Tourinho filho herdeiro de Affonso Martim Tourinho que viveu em Viana do Alentejo e era filho herdeiro de Martim Tourinho que também viveu em Viana do Alentejo. Em estudo especial tratarei da dicta Familia. Do casamento de D. Antonia Couceiro de Torres nasceram:

8 — *Francisco Cabral Freire*, Alferes na Praça da Figueira da Foz sem mais noticia.

8 — *Padre Antonio Cabral Freire Couceiro* que em seu nome e de seus irmãos, requereu ao cartorio da nobreza, certidão da sua ascendência a qual reproduzo neste estudo. Instituiu um morgado em 1758.

8 — *Alvaro Cabral Freire* que foi para o Brazil.

8 — CRISTOVÃO CABRAL COUCEIRO LOBATO que segue.

8 — *P.º Frei Manuel de S. Verissimo*. Carmelita descalço.

8 — D. *Theresa Cabral Freire*. Sem mais noticia.

8 — D. *Rosa Cabral Freire Conceiro de Torres de Eça*. Sem mais noticia.

8 — D. *Agueda Cabral Freire*. Sem mais noticia.

8 — CHRISTOVÃO CABRAL COUCEIRO LOBATO que casou com D. Luiza Tereza de Figueiredo e Sousa e tiveram:

9 — D. MARIA ROSA CABRAL COUCEIRO, herdeira da casa dos seus maiores. Administradora dos Morgados instituidos pelos seus tios os Padres Manuel Couceiro (6) em 1694 e Antonio Cabral Freire Couceiro (8) em 1758.

D. Maria Rosa casou com Jose Joaquim Borges de Paiva filho de Jeronimo Borges de Paiva e de sua mulher D. Felipa do Sacramento.

Do casamento de D. Maria Rosa Cabral Couceiro nasceu:

10 — MANUEL IGNACIO DE PAIVA CABRAL COUCEIRO que foi Administrador dos Morgados dos Couceiros e nasceu em 1787-1788 em Acioga do Campo. Sentou praça em 1808 tendo nessa ocasião os cabelos pretos, olhos pretos e cinco pés e duas polegadas de altura. Promovido a 1.º Cabo em 1 de Fevereiro de 1809; a Furriel em 24 de Fevereiro de 1809; a 2.º sargento em 26 de Agosto de 1809; 1.º sargento em 1 de Julho de 1815; sargento ajudante em 19 de Maio de 1819; Alferes em 20 de Setembro de 1821.

Por ter entrado na Abrilada (30 de Abril de 1824), foi preso em 12 de Maio de 1824, passando á classe dos officiaes sem emprego por decreto de 20 de Dezembro do mesmo anno.

Perdoado em 24 de Julho de 1825. Promovido a Tenente em 22 de Novembro de 1830 para o 1.º Regimento de Infantaria de Lisboa. Promovido a capitão para o mesmo Regimento em 25 de Novembro de 1832. Morreu em 25 de Março de 1833 sendo comandante do 1.º Batalhão do Regimento de Caçadores do Alemlejo, com os ferimentos recebidos na véspera no Alto do Fojo no Ataque do Porto.

Era agraciado com a Cruz de Prata N.º 3 da Guerra Peninsular: com o Habito de Christo; com a medalha



José Joaquim de Paiva Cabral Couceiro

de Fidelidade ao Rei e á Patria com a Real Efígie d'El-Rei o Senhor D. Miguel I.

Manuel Ignacio de Paiva Cabral Conceiro casou com D. Maria de Pena Dias Simões e foram paes de

11 — JOSÉ JOAQUIM DE PAIVA CABRAL COUCEIRO. Nasceu em Lisboa em 9 de Outubro de 1830. Fez o curso de engenheiro na Escola do Exercito. onde o concluiu em 1853. Em 1855 entrou para as Obras Publicas fazendo parte da brigada de estudos do Caminho de Ferro de Santarem á fronteira Espanhola.

Em 1857 passou aos estudos do Caminho de Ferro do Porto a Vigo e seguindo sempre em estudos do Caminho de Ferro, obras da barra do Porto etc.

Em 1859-1860 desempenhou o cargo de repetidor de Mathematica na Escola Politecnica.

Esteve ao serviço da Companhia das Aguas desde o seu início em 1868. Estudou os esgotos da Capital. emfim pode dizer-se que entrou em todos os estudos da moderna civilização e progresso. Reformou-se no posto de General do Divisão em 7 de Janeiro de 1898. Foi Gran Cruz d'Avis, Comendador de Santiago e teve a Medalha d'Ouro Militar da Classe de Exemplar Comportamento Militar.

Morreu em 19 de Julho de 1917.

Casou o General Couceiro com D. Elena Isabel Theresa Mitchell filha de Miss. Anne Elliott e de seu marido Henry Armstrong Mitchel filho de William Armstrong Mitchell.

D. Elena Isabel Thereza faleceu em 30 de Junho de 1927.

Do casamento de General Couceiro nasceram:

13 — HENRIQUE MITCHELL DE PAIVA CABRAL COUCEIRO que segue.

13 — D. Carolina Adelaide de Paiva Couceiro que casou com João de Fontes Pereira de Mello Ferreira de Mesquita, Engenheiro Director da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, alto cargo que desempenha ha muitos annos e onde tem demonstrado grandes aptidões.

E' Gran Cruz de Merito Industrial.

João de Fontes Pereira de Mello Ferreira de Mesquita é filho dos falecidos Condes de Mesquita, Augusto Cesar Ferreira de Mesquita e D. Maria Eugénia de Fontes Pereira de Mello Ganhado, irmã do 1.º Marquez de Fontes Pereira de Mello Ganhado.

Augusto Cesar Ferreira de Mesquita nasceu em 6 de Agosto de 1842; foi educado no Colegio Militar, passando depois á Escola Politecnica e a Escola do Exercito. Foi alferes não tendo ainda 17 annos. Deixando a vida militar, desempenhou varios cargos no Ministerio das Obras Publicas.

Entrando para a Alfandega em 1865, foi primeiro verificador no Porto e depois em Lisboa, onde foi Vogal do Conselho. Foi deputado por Moçambique em 1877; secretario do tribunal superior do contencioso technico aduaneiro; Vogal do Conselho d'arte dramatica; Conselheiro d'Estado honorario etc etc.

Foi jornalista e escritor deixando imensas peças para o theatro que foram representadas em varias casas de espectaculos de Lisboa. Traduziu tambem muitas peças theatraes.

Foi agraciado com o titulo de Conde de Mesquita em 1901.

O Conde de Mesquita era filho do Vice Almirante Francisco de Paula Ferreira de Mesquita que nasceu em 1821 e faleceu em 1892, tendo deixado uma notavel folha de serviços.

Do casamento de D. Carolina Adelaide de Paiva Conceiro com João de Fontes Pereira de Mello Ferreira de Mesquita nasceram:

14 — D. Helena de Paiva Couceiro Ferreira de Mesquita que casou com o Dr. Gustavo Ferreira Borges, advogado, filho de Joaquim Ferreira Borges, Director dos Serviços Florestaes, e de sua mulher D. Lucinda Mesquita.

Não tem filhos.

14 — D. Maria Engracia que faleceu solteira.

14 — Antonio de Fontes Pereira de Mello Ferreira de Mesquita. Morreu solteiro sendo official de cavalaria.

14 — D. Maria Gabriella de Jesus que faleceu creança.

14 — Henrique que faleceu creança.

14 — D. Maria do Carmo Ferreira de Mesquita que casou com o Dr. José Dias Ferreira de Moura, filho de Manuel Croft de Moura e de sua mulher D. Albertina Dias Ferreira filha do falecido Conselheiro José Dias Ferreira.

Não tem filhos.

13 — *D. Maria da Conceição de Paiva Cabral Couceiro* que casou com José Emilio Batalha de Freitas, diplomata, tendo sido Ministro de Portugal em Tokio, Pekin, Bruxellas e Berlim onde faleceu em 16 de Maio de 1928.

Do casamento de D. Maria da Conceição, nasceu:

14 — *Manuel de Paiva Couceiro*. Engenheiro actualmente da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, E' tenente de artilharia pesada e foi combatente da Grande Guerra.

3 — HENRIQUE MITCHELL DE PAIVA CABRAL COUCEIRO. Nasceu em 26 de Dezembro de 1861. Sentou praça em cavalaria em 14 de Janeiro de 1878 e em 1883 terminou, com notavel distincção, o Curso de Artilheria. Foi promovido a alferes em 9 de Janeiro de 1884, a tenente em 27 de Janeiro de 1886 e a capitão em 16 de Maio de 1895.

Dotado de aptidões excepcionaes, dedicou-se ao afri-



Henrique Mitchell de Paiva Cabral Couceiro

canismo, onde prestou os maiores serviços. A sua folha de serviços em Africa é notabilissima.

Com 24 annos apenas, sendo tenente de artilharia, foi para Africa, salientando-se pela sua bravura militar nas guerras de Ambunda, Marracuene, Magul, Bihe.

Prestou relevantes serviços na expedição de 1895, acompanhando o Conselheiro Antonio Ennes. Com 45 annos, em 1907, sendo capitão de artilharia, foi nomeado Governador Geral de Angola, cargo que desempenhava o tambem distinto colonial Major do Corpo de Estado Maior, Eduardo Costa que morreu em 1 de Maio de 1907.

Foi notavel a acção de rectidão e de justiça de Paiva Couceiro, no desempenho d'este alto cargo.

Foi durante o seu governo que se venceram os negros do Cuamato e dos Dembos.

Com uma diminuta columna militar occupou o Ambriz. Atravessou as dezenas de povoações do regulo Quibive,

chegando com toda a especie de obstaculos a Catumbo. Esta marcha repleta dos mais graves perigos e sacrificios, desenvolveu extraordinariamente o commercio de Angola atravez da grande região do Ambriz.

Paiva Couceiro, abatido pelas doenças provenientes do clima e principalmente pelas privações sofridas na sua gloriosa marcha através d'Africa, teve de regressar a Portugal para se tratar e como tivesse cahido o governo que o nomeou, pediu a demissão do cargo. Taes foram as supplicas das entidades officiaes e particulares da Provincia de Angola, manifestação total de todos os habitantes conscientes d'aquellas regiões, que o Capitão Paiva Couceiro para alli embarcou novamente em 1 de Abril de 1908.

Sobre o desempenho d'este cargo, publicou em 1910 um livro intitulado «Angola».

Foi Paiva Couceiro, eleito deputado por um dos circulos de Lisboa, na legislatura de 1906.

Foi pelos seus altos serviços: Comendador, Official e Cavaleiro da Torre Espada; Cavaleiro de S. Bento de Aviz; Cruz da 1.^a classe de Merito Militar de Espanha. Foi agraciado com as Medalhas d'Ouro de Valor Militar; de prata da Rainha D. Amelia das Campanhas de Moçambique de 1894 e 1895 e de prata da Rainha D. Maria II, concedida ao merito, filantropia e generosidade.

Emfim daria volumes a descripção da sua notavel vida como Colonial e principalmente com a descripção dos notaveis serviços para o paiz, que a sua notavel acção produziu.

Mudadas as instituições em Portugal em 5 de Outubro de 1910, teve Paiva Couceiro um papel primacial nas tentativas de restauração da Monarchia.

Casou Henrique Mitchell de Paiva Cabral Couceiro com D. Julia Maria do Carmo de Noronha, filha herdeira dos 3.^{as} Condes de Paraty, D. Miguel Aleixo Antonio do Carmo de Noronha e de sua mulher D. Izabel Maria de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos filha dos 2.^{as} Condes de Villa Real, D. Fernando de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos e D. Julia Braamcamp d'Almeida Castello Branco.

D. Miguel Aleixo Antonio do Carmo de Noronha, nasceu em 17 de Julho de 1850. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Seguiu a vida diplomatica desde 1881. Foi adido á Legação do Rio de Janeiro; 2.^o secretario na Santa Sé; 1.^o secretario no Rio de Janeiro e em Roma; secretario em Berlim; Encarregado de Negocios em Madrid e no Rio de Janeiro e finalmente Ministro Plenipotenciario em Viena d'Austria.

E' Par do Reino por successão e Official Mor da Casa Real. O titulo de 3.^o Conde de Paraty foi-lhe dado em 15 de Abril de 1886.

O 3.^o Conde de Paraty que vive actualmente em Lisboa é filho do 2.^o Conde do mesmo titulo, D. João Ignacio Francisco de Paula de Noronha e de sua mulher com quem casou a 6 de Março de 1842 D. Francisca da Cruz Lacé Pedrosa filha do Conselheiro Antonio José

Pedrosa, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Comendador da Ordem Christo e de sua mulher D. Joanna da Cruz Lacé.

O 2.º Conde de Paraty nasceu em 31 de Julho de 1820 e foi Official Mor da Casa Real, Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, Gran Cruz de Isabel a Catolica, Par do Reino, Governador Civil de Lisboa, etc. Em 1857, quando da febre amarela, o Conde de Paraty, manifestando os seus instintos huma-



3.º Conde de Paraty. — D. Miguel Aleixo Antonio do Carmo de Noronha

nitarios, organisou uma comissão de socorros de que foi Presidente, tomando uma parte activa na distribuiçāo de socorros, indo aos sitios mais perigosos do contagio, com um desprendimento pela vida que lhe deu fôros de heroe. Morreu a 22 de Abril de 1884.

Era o 2.º Conde de Paraty filho de D. Miguel Antonio de Noronha Abranches Castello Branco e de sua mulher com quem casou em 13 de Janeiro de 1818, D. Francisca Quiteria de Menezes, Dama da Rainha

D. Maria I e da Ordem de Santa Isabel. Esta senhora era 3.ª filha dos 1.ºs Marquezes de Vallada, D. Francisca de Menezes da Silveira e Castro e D. Anna Thezeza d'Almeida.

D. Miguel Antonio de Noronha Abranches Castello Branco, nasceu em 24 de Outubro de 1784 e morreu a 24 de Julho de 1849. Foi Gentil Homem de D. João VI que lhe deu o titulo de Conde de Paraty por decreto de 4 de Dezembro de 1813.

Foi Gran Cruz da Torre e Espada; Comendador das Ordens de Nossa Senhora da Conceição e de S. Bento de Aviz; Par do Reino eleito em 30 de Abril de 1826; Coronel de Cavalaria; Conselheiro da Fazenda; Deputado da Junta do Tabaco etc.

O 1.º Conde de Paraty era filho dos 6.ºs Condes de Valladares e portanto descendente dos Duques de Caminha e de Villa Real, dos Coddés de Valença, de Alcoutim, de Linhares, dos Duques de Bragança, emfim descendente do celebre Conde de Vianna, D. Pedro de Menezes, 1.º Governador Capitão Geral de Ceuta.

Do casamento de Henrique Mitchell de Paiva Cabral Couceiro com D. Julia Maria do Carmo de Noronha houve:

14 — D. Isabel Maria do Carmo de Noronha de Paiva Couceiro, actualmente viuva de Antonio Carlos Calainho d'Azevedo que foi aspirante da Marinha e depois alferes de cavalaria. Foi combatente da Flandres.

Antonio do Carmo Calainho do Azevedo era filho de Manuel Maria de Moraes e Azevedo de Sequeira e Sousa e de sua mulher D. Joanna Ferreira Sarmento Leusada Pimentel, Senhora da Casa dos Calainhos em Bragança.

Do casamento de D. Isabel Maria do Carmo de Noronha de Paiva Couceiro, nasceram:

15 — Manuel José Antonio do Carmo.

15 — D. Maria do Carmo.

14 — José Antonio Maria do Carmo, morreu em solteiro em Madrid.

14 — D. Helena Francisca Maria do Carmo de Noronha de Paiva Couceiro. Seguindo a vida religiosa adoptou o nome de Soror Couceiro. Actualmente no convento das Dorotheas em Tuy.

14 — D. Maria do Carmo de Noronha de Paiva Couceiro que vive solteira

14 — D. MIGUEL ANTONIO DO CARMO DE NORONHA DE PAIVA COUCEIRO que segue.

14 — D. MIGUEL ANTONIO DO CARMO DE NORONHA DE PAIVA COUCEIRO que frequenta actualmente a Escola Militar.

Por falecimento de seu maiores, representará os Condes de Paraty.

Como elementos para quem deseje organizar um estudo maior sobre esta importante Familia, aqui fica o que me foi possivel deduzir dos documentos atraz citados que constituem um processo official de Nobreza, e dos elementos existentes no meu archivo e bibliotheca.

